Aalborg Universitet

A Geografia do Desemprego no Porto. Comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social

Alves, Sonia

Published in:
Cidades - Comunidades e Territorios

Publication date:
2008

Document Version
Accepted author manuscript, peer reviewed version

Link to publication from Aalborg University

Citation for published version (APA):
Alves, S. (2008). A Geografia do Desemprego no Porto. Comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. *Cidades - Comunidades e Territorios*, *16*, 43-67. http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt/index.php/CCT/article/view/66

General rights
Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal -

Take down policy
If you believe that this document breaches copyright please contact us at vbn@aub.aau.dk providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

Downloaded from vbn.aau.dk on: August 23, 2025

A Geografia do Desemprego no Porto.

Comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social.

Sónia Alves[1]

Resumo

A incidência do desemprego não é idêntica para todos os grupos sociais nem para todos os territórios, assim como a gravidade da sua experiência depende de um conjunto diversificado de factores, como seja o período de permanência na situação de desemprego ou o nível de protecção social do Estado e da família/amigos. Face a esta complexidade, opta-se por articular, neste estudo, e ao longo de quatro partes, uma perspectiva de análise sociológica e geográfica da problemática do desemprego.

Na primeira parte, discutem-se as relações que se estabelecem entre o desemprego e a pobreza e o desemprego e a exclusão social, notando-se que estas conexões dependem dos mecanismos de apoio do Estado e da família. Num segundo momento, desenvolve-se uma abordagem empírica para a problemática do desemprego no contexto do Grande Porto, procurando identificar-se e explicar-se a variação intra-urbana do fenómeno. Na terceira parte, analisam-se as formas de organização sócio-espacial do desemprego no Porto, bem como a repartição da protecção social associada ao subsídio de desemprego, concluindo-se sobre a existência de uma variação intra-urbana particularmente evidente entre a parte ocidental e a oriental da cidade. Por fim, reflecte-se sobre a permanência e sobre os efeitos de algumas concentrações espaciais de desemprego que foram sendo construídas pela edificação de alguns dos maiores bairros de habitação social na cidade. Para este debate procede-se a uma revisão das teorias dos 'efeitos de área' e discute-se a sua relevância para explicar a inércia histórica ou a imutabilidade que anda associada ao desemprego nestas áreas, que favorece processos de desvalorização sócio-espacial e que tendem a aumentar a segregação urbana. A reflexão em torno destes efeitos, leva-nos a apelar a uma maior *sensibilidade e bom senso* nas culturas e práticas do planeamento do território e da gestão urbanística em Portugal.

Palavras-chave: desemprego, Porto, efeitos de área, planeamento.

[1] Geógrafa, Mestre em Planeamento e Projecto do Espaço Urbano pelas Faculdades de Arquitectura e de Engenharia da Universidade do Porto, doutoranda em Sociologia no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE (d5034@iscte.pt).

The Geography of Unemployment in Porto

Communities and territories with bigger vulnerability to poverty and to social exclusion.

Sónia Alves

Abstract

The incidence of unemployment varies for both social groups and areas, the effect of the experience depends on a diverse set of factors, such as length of time of unemployment or the level of social protection of the state and of family or friends. Faced with this complexity, it is hoped to articulate in this four-part study, a perspective of sociological and geographical analysis of the problem of the unemployment. In the first one, there is a discussion of the relationship that is established between unemployment and poverty, and unemployment and social exclusion, noting that these connections depend on the mechanisms of support of the state and on the family. In the second one, an empirical approach is developed for the problem of unemployment in the context of Great Oporto, trying to identify and to explain the intra-urban variation of the phenomenon. In the third one, the social and spatial organisation of unemployment in Oporto is analysed, as well as the distribution of the social protection associated with the funding of unemployment. This part concludes with an analysis of the existence of a intra-urban variation between the western part and the eastern part of the city. Finally, there is a consideration of the persistence of the patterns of unemployment and on the effects of some spatial concentrations of unemployment created by the redevelopment of some of the biggest districts of social housing in the city. The discussion then concludes with a revision of the theories of the ‘area effects' (or neighbourhood effects) and its relevance in explaining the historical legacy or immutability that is associated with unemployment in these areas, which tends to favour processes of spatial devaluation leading to an increase in urban segregation. The consideration of these effects develops a notion of *sense and sensibility* in the cultures and practices of the urban planning in Portugal.

Key words: unemployment, Porto, area effects, planning.

Uma reflexão em torno das relações que se estabelecem entre o desemprego e a pobreza e entre o desemprego e a exclusão social em Portugal.

"O desemprego e o desemprego de longa duração são tidos, na literatura temática, como um dos principais, se não o principal factor de pobreza e de exclusão social" (Capucha, 2005: 124), embora até recentemente não fosse considerado um factor com uma elevada capacidade explicativa para o nível de "incidência, intensidade, severidade e persistência da pobreza" em Portugal (Capucha *et al.*, 2005: 22), uma vez que, no contexto da União Europeia, este país exibia os menores valores de desemprego e os maiores de pobreza. Todavia, a partir do ciclo de rápido crescimento do desemprego iniciado em 2001, este começa a ser considerado um factor crescentemente relevante para explicar a desigual incidência da pobreza, particularmente em meio urbano.

Na literatura académica aumenta o interesse pelo estudo das relações que se estabelecem entre a posição do indivíduo no mercado de trabalho e a pobreza (aqui entendida num sentido mais restrito, de privação económica). Ou ainda, estuda-se a relação entre o desemprego e a 'exclusão social', entendida no sentido abrangente de quebra nas teias sociais que ligam os indivíduos às várias esferas de integração social: os sistemas do mercado de trabalho; de protecção social; de participação politica; de interacção social; entre outros (Atkinson, 2000; Gallie *et al.*, 2003).

Neste artigo, analisam-se algumas das principais conclusões que têm vindo a ser alcançadas no âmbito dessas investigações, nomeadamente as que se relacionam com os efeitos negativos exercidos pelo desemprego sobre o risco de pobreza e sobre o risco da erosão das relações de sociabilidade.

Desemprego e risco de pobreza

Embora o não acesso a um primeiro emprego ou a interrupção involuntária da participação no mercado de trabalho não exija forçosamente uma situação de privação económica (Atkinson *et al.*, 1998), os dados estatísticos do Painel aos Agregados Domésticos da Comunidade Europeia provam que, em todos os países europeus, o desemprego aumenta significativamente os risco de pobreza, embora a prevalência desse risco varie significativamente entre os desempregados dos vários países (Gallie *et al.*, 2000; Gallie *et al.*, 2003). Os custos económicos da não participação do individuo no mercado de trabalho fazem-se sentir ao nível da perda dos rendimentos provenientes dos salários e da interrupção dos descontos para o sistema de segurança social[2], que, a jusante, se podem repercutir no regime e na extensão da protecção social a que o indivíduo

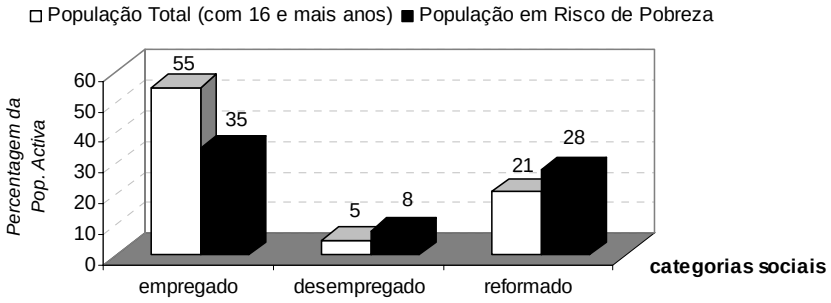
[2] Note-se que os salários constituem a principal fonte de rendimento dos indivíduos e das famílias em Portugal (Albuquerque *et al.*, 2002) e o principal ponto de partida para os descontos da segurança social (SS, 1996).

tem direito em situação de doença, de desemprego, de invalidez ou velhice. Estes custos podem ainda repercutir-se em custos para o Estado, em termos de riqueza não produzida, de prestações sociais pagas, de investimento em programas intensos e caros de formação e de reciclagem ou de apoio à criação de emprego.

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e de Rendimento dos portugueses demonstram também os impactos negativos do desemprego para o aumento do risco de pobreza, verificando-se que, em 2005, e após todas as transferências sociais, a taxa de risco de pobreza[3] dos desempregados era de 29%, ao passo que a dos inactivos e dos empregados era de, respectivamente, 25% e 12%. Embora os dados estatísticos de 2004 e 2005 evidenciem uma ligeira redução do risco de pobreza entre os desempregados, de 32% para 29% (INE, 2007), e uma mudança na trajectória que vinha a caracterizar a evolução do risco de pobreza entre os desempregados -que tinha aumentado de 31% em 1995, para 38% em 2001- (Capucha, 2005; Capucha *et al.*, 2005), estes dados continuam a confirmar a elevada vulnerabilidade à pobreza dos desempregados em Portugal.

Observe-se a este propósito o gráfico seguinte (Figura 1) que permite a comparação da repartição da população portuguesa com mais de 16 anos pela sua condição perante o trabalho e a da população em risco de pobreza relativamente a esta mesma variável.

Figura 1. A condição perante o trabalho e os riscos de pobreza em Portugal, no ano de 2005.



Fonte: INE (2007).

A análise da composição social da pobreza em Portugal permite confirmar que esta é uma realidade que afecta um leque muito amplo e heterogéneo de pessoas com diferentes condições perante o trabalho, abrangendo: i) as que já trabalharam e que estão agora reformadas e dependentes de baixas prestações sociais do Estado, incluindo as pensões (SS, 1996); ii) as que estão empregadas mas que trabalham "em sectores ou empresas pouco produtivos, onde predominam as baixas qualificações, os baixos salários e as condições de trabalho de fraca qualidade" (Capucha, 2005:127); e iii) as desempregadas, particularmente as

[3] A taxa de risco de pobreza pode ser definida como a percentagem das pessoas que vivem com rendimentos inferiores ao limiar de pobreza, este limiar é definido nos países da União Europeia como sendo equivalente a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos das famílias.

que trabalharam em contextos de emprego marcados pela precariedade[4], e cujas condições de vida se viram agravadas pela transição para o desemprego.

Esta forte vulnerabilidade à pobreza permite, até certo ponto, explicar a elevada extensão do problema em Portugal, sendo que, em 2005, cerca de 19% do total da população vivia com rendimentos inferiores ao limiar da pobreza[5]. A gravidade da pobreza em Portugal não se coloca, no entanto, apenas ao nível da vasta incidência social do fenómeno que afecta, em média, um em cada cinco pessoas, mas, também, da própria intensidade ou severidade da privação económica que lhe está associada. A este respeito importa sublinhar que em 2001, Portugal, apresentava no contexto da União Europeia, o valor monetário do limiar de pobreza mais reduzido, que correspondia apenas a cerca de 60,2% do valor médio dos 15 países que a compunham na altura (Ferreira, 2005)[6].

Não obstante em Portugal se ter vindo a observar um crescimento real das receitas dos agregados familiares, também se tem vindo a observar uma diminuição acentuada para algumas famílias que se distanciaram dos valores médios nacionais. Alguns autores têm vindo, de resto, a salientar uma deterioração da situação económica de algumas categorias sociais com maiores riscos de pobreza (Costa *et al.*, 1999a; Costa *et al.*, 1999b, Barreto, 2002)[7].

De facto, ao contrário de uma distribuição mais equitativa dos rendimentos, permanece em Portugal uma elevada desigualdade na distribuição da riqueza entre os vários estratos da população. Os resultados estatísticos do Inquérito às Condições de Vida e dos Rendimentos confirmam não só este facto, como permitem afirmar que Portugal é no contexto dos 25 países da União Europeia (que foram considerados no âmbito deste inquérito) o que apresenta uma maior disparidade ao nível de rendimentos. O país apresenta, um valor de 38% do coeficiente de Gini[8], verificando-se que os 20% da população mais pobre recebem em Portugal cerca de 7% do total dos rendimentos monetários líquidos equivalentes dos agregados domésticos,

---

[4] Note-se que actualmente a precariedade dos trabalhadores mais desqualificados não se restringe apenas à existência de baixos rendimentos no trabalho, mas também à incerteza da sua continuidade no futuro, devido à crescente relevância dos contratos de curta duração, do trabalho temporário e do recurso à sub-contratação.

[5] Note-se, no entanto, que os dados estatísticos têm vindo a assinalar uma ligeira melhoria face a anos anteriores (Costa *et al.*, 1999; Capucha, 2005), pois em 2001, para um limiar de pobreza unipessoal situado nos 4.967euros/ano (Capucha *et al.*, 2005) e após as transferências sociais, Portugal apresentava um risco de pobreza de 21%. Actualmente e face aos restantes países da União Europeia, Portugal situa-se no grupo dos dez Estados Membros com taxa de risco de pobreza superior à media europeia (16%): seis Estados pertencem a países da antiga UE15 (Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal, Itália e Reino Unido) e os restantes três a Estados Bálticos e à Polónia (INE, 2007).

[6] Em 2005, e para Portugal, este limiar corresponde a um rendimento anual por adulto equivalente de 4.321 euros (o que equivale a cerca de 360 euros por mês) onde estão já consideradas todas as transferências do Estado, ao nível de subsídios, pensões e outros apoios. Note-se que o 'rendimento por adulto equivalente' resulta da aplicação ao 'rendimento monetário líquido das famílias' de uma escala de equivalência que procura ajustar os rendimentos às necessidades do agregado familiar, que dependem, como se sabe, da sua dimensão e composição etária.

[7] O diagnóstico traçado pelo Plano Nacional de Emprego refere este aspecto da deterioração da situação económica das famílias mais pobres em Portugal, bem como um aumento das disparidades das receitas do trabalho por conta de outrem no grupo dos agregados familiares que têm nos ordenados e salários a sua principal fonte de rendimento. Segundo este Plano, a mudança tecnológica tem vindo a implicar uma procura crescente de mão-de-obra qualificada e a contribuir para um alargamento do leque salarial dos trabalhadores, aumentando assim as diferenças entre as classes de maiores e menores rendimentos.

[8] O Coeficiente de Gini pode variar entre zero – em que todos os indivíduos de uma população têm o mesmo rendimento, e 100 – em que todo o rendimento se concentra num só indivíduo.

enquanto que os 20% da população com maiores rendimentos arrecadam quase metade do rendimentos totais (cerca de 45% do total).

Num país onde uma minoria da população dispõe de grande parte dos rendimentos disponíveis e onde permanece considerável a distância que separa os grupos situados no topo e na base da pirâmide dos rendimentos, ganha relevância questionar os efeitos desta muito desigual distribuição dos rendimentos para a própria organização e reorganização da distribuição espacial das diversas categoriais sociais em meio urbano. Por outro lado, num país caracterizado por múltiplos problemas de subdesenvolvimento estrutural - no domínio da instrução, do emprego, ou da criação tardia e inacabada de um sistema de protecção social- ganha também relevância questionar as consequências dos processos de reestruturação da base económica de muitas cidades e áreas industriais[9] face a um possível incremento das desigualdades nas estruturas de ocupação e de rendimentos na sociedade portuguesa.

A forma como estas desigualdades se tendem a repercutir na estruturação e reestruturação da própria cidade e na construção de espaços sócio-espaciais diferenciados tem vindo a ser discutido por diversos autores. Na revisão da literatura, identificam-se duas perspectivas opostas. Por um lado, estão os que consideram que a polarização das estruturas de ocupação e de rendimento tendem a repercutir-se num aumento da divisão e da dualização do espaço interno da cidade (Fainstein, 2002; Fainstein *et al.*, 2002). Por outro lado encontramos, os que questionam as teses da polarização sócio-espacial, afirmando que, não se trata tanto de uma polarização sócio-profissional e de rendimentos, pois que a evolução das estruturas produtivas tem vindo a evidenciar um aumento da diversidade e da complexidade das estruturas de ocupação e de rendimento e que a estruturação dos espaços residenciais têm vindo a caracterizar-se pela combinação de situações diversificadas , em detrimento das marcadas por espaços de homogeneidade ou de polarização social mais associados a posições extremas de riqueza e de pobreza urbana (Préteceille, 2003).

Os resultados de estudos realizados sobre Lisboa (Salgueiro, 2001) corroboram até certo ponto esta tendência, mostrando que "a segregação tem aumentado mas também que à homogeneidade social e de edificação de muitas áreas se contrapõe um aumento da diversificação nas áreas mais recentes, ou que recentemente sofreram processos de modernização e que estão a constituir-se de forma fragmentada e polarizada" (Salgueiro, 2001: 184). Os estudos desenvolvidos sobre a cidade do Porto, embora só indirectamente foquem a questão da diferenciação e da segregação sócio-espacial, por exemplo na analise dos efeitos da construção de condomínios fechados para a separação de categorias sociais no espaço urbano (Cruz, 2003), ou na identificação de padrões espaciais de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social através de metodologias de análise factorial e de clusters (Alves *et al.*, 2006), têm vindo, de um modo geral,

[9] De modelos de produção fordistas para modelo económicos que têm sido descritos como pós-fordistas ou pós-industriais, por incorporarem uma utilização mais intensiva de novas tecnologias e automatismos nos processos de produção, transportes e comunicação (Lipietz et al., s/d).

a confirmar a existência de processos segregativos e de fragmentação socio-económica nos mais recentes processos de estruturação e de reestruturação urbana da cidade.

O desemprego e o isolamento social

Tendo-se considerado algumas relações de causalidade que se estabelecem entre o desemprego e a pobreza, e considerando que os inconvenientes do desemprego podem não se esgotar no domínio económico, parece importante discutir as perdas suscitadas pelo desemprego nos domínios das relações sociais e simbólicas.

Nesse sentido, comece-se então por considerar a importância social e relacional dos espaços quotidianos do trabalho, uma vez que "as organizações de trabalho constituem, nos nossos dias, os contextos onde se geram culturas identitárias e se estabelecem redes de solidariedade muitas vezes substitutivas de outras que se foram diluindo – como as de aldeia ou de família alargada" (Capucha, 2005: 193).

Reconhecendo a importância das relações sociais estruturadas pelas organizações de trabalho, alguns autores têm procurado responder à questão da relação entre participação no mercado de trabalho e uma eventual erosão dos laços sociais do indivíduo desempregado no dia-a-dia ou mesmo pela ruptura desses laços e pelo isolamento social do desempregado. Procurando responder a esta questão, Gallie e Paugam (2003) interpretaram diversos indicadores de sociabilidade do Painel Europeu dos Agregados Domésticos de 1994 e 1995[10], tendo concluído que esta informação estatística não atesta este tipo de relações de causalidade (Gallie *et al.*, 2003). Analisando os padrões de sociabilidade dos indivíduos desempregados, empregados e dos que experimentaram uma transição do emprego para o desemprego entre os dois anos de inquérito, os autores concluem que a entrada ou a permanência no desemprego é responsável por efeitos pouco significativos em qualquer dos indicadores analisados de sociabilidade, designadamente o da extensão da população a viver sozinha, o da frequência dos contactos com vizinhos e amigos e o da participação em clubes e em outros tipos de vida associativa[11]. Afirmando que o isolamento social é contingente e primeiramente determinado por padrões culturais de sociabilidade das várias sociedades (caracterizando-os, por isso, como formações culturais de longa duração), os autores notam também a influência de outros factores contextuais como a composição social dos agregados domésticos (que, consoante a sua estrutura,

[10] Na primeira vaga do inquérito, em 1994, a amostra foi composta por 60.500 agregados domésticos representativos nacionalmente (aproximadamente 130.000 adultos) que foram entrevistados nos 12 Estados-Membros que participaram no Inquérito, a Áustria e a Finlândia associaram-se ao projecto em 1995 e 1996. O inquérito, baseado num questionário estandardizado, envolveu entrevistas anuais a um painel representativo de agregados e indivíduos em cada um dos Estados Membros, cobrindo um conjunto muito vasto de tópicos como o rendimento, a saúde, a educação, a habitação, a demografia ou as características de emprego. Note-se que, no âmbito deste inquérito, "o agregado doméstico privado" corresponde ao conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas habituais em alojamento e alimentação são suportadas por um orçamento comum, independentemente da existência de laços de parentesco.

[11] Note-se que estes indicadores permitem analisar as relações de sociabilidade do indivíduo com as três esferas de sociabilidade definidas pelos autores: a primária, das relações no seio do grupo doméstico; a secundária, das relações de proximidade – na família alargada, amigos, vizinhos, …, e a terciária, de participação na vida associativa (caracterizadas por intercâmbios para fins específicos e formalizados).

tendem a evidenciar investimentos diferenciados nas várias esferas de sociabilidade consideradas[12]), mas também a forma como as famílias e as comunidades se organizam com respeito ao apoio aos desempregados.

A conclusão de que o desemprego exerce uma influência pouco significativa na alteração dos padrões de sociabilidade dos indivíduos é corroborada por Loison (2003) para o contexto nacional que, com base numa metodologia de investigação qualitativa[13], conclui que, ao contrário do isolamento social, o desemprego em Portugal tende a favorecer o aumento dos contactos entre os indivíduos no seio doméstico, na família alargada e nas relações de amizade.

Numa sociedade onde são ténues as fronteiras entre o emprego e o desemprego e onde é frequente o trabalho informal, o trabalho por conta própria, a mão-de-obra não declarada, …; a experiência do desemprego tende a ser menos estigmatizadora do que noutros países onde é forte o grau de protecção social do Estado e onde existe uma forte interiorização da condição de assalariado (Loison, 2003). Em Portugal, inversamente, destaca-se a forte obrigação normativa das famílias para auxiliarem os seus membros desempregados, o que se reflecte numa sociedade solidária que desenvolve uma série de estratégias de compensação, material e imaterial, que procuram minimizar os efeitos negativos do desemprego (Loison 2003). De entre esse vasto leque de mecanismos de compensação financeira, têm vindo a ser destacados os associados à restrição dos gastos de alojamento, através de estratégias: i) de coabitação prolongada dos jovens na casa dos progenitores: em Portugal, cerca de dois terços dos jovens adultos, com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, vivem em casa dos progenitores, uma proporção que aumenta, para valores da ordem dos 74%, no caso dos jovens desempregados (Saraceno, s/d); e ii) de apoio ao acesso à habitação, pois cerca de um terço das famílias em Portugal participou no processo de construção do seu alojamento e mais de 17% do total das famílias portuguesas acederam à habitação através de herança ou doação (Conceição, 2002).

Sabe-se no entanto, e os dados estatísticos demonstram-no, como já anteriormente salientámos, que a solidariedade social é condicionada pelas próprias capacidades de apoio material e emocional das famílias e dos amigos, e que as capacidades de entreajuda são muito desiguais na sociedade portuguesa, tendendo, por isso, a repercutir-se em experiências de desemprego muito diferenciadas entre os indivíduos e as famílias com desempregados.

---

[12] Note-se a este propósito como os agregados constituídos por um adulto celibatário tendem a evidenciar padrões de sociabilidade mais frequentes com amigos e associações comunitárias (de desporto, lazer, …,) do que os agregados domésticos compostos por dois adultos e filhos, cujos investimentos tendem a ser mais focalizados para a esfera de sociabilidade primária. Deste modo, nos países da Europa do Norte, onde existe uma maior proporção de agregados domésticos constituídos por uma só pessoa, a transição do emprego para o desemprego tende a significar um maior isolamento social do indivíduo no que respeita à primeira esfera de sociabilidade (nomeadamente por comparação com os países do Sul da Europa onde a partilha de acomodação com familiares ou amigos é dominante), embora sem resultados significativos nas restantes esferas de sociabilidade.

[13] Nomeadamente em 94 entrevistas realizadas a população desempregado numa área rural de Belmonte e numa área urbana de Cascais, em que a autora procurou estudar a condição social dos desempregados em Portugal face à intervenção do Estado Providencia e à solidariedade informal na regulação social do desemprego.

Nos casos em que o desemprego afecta famílias com recursos financeiros mais escassos e com redes de relacionamento mais restritas, são os próprios mecanismos de apoio familiar que podem gerar o empobrecimento do agregado familiar (Cardoso et al., 2001). Nestes casos, o papel da entreajuda familiar é não só insuficiente para compensar a escassez de recursos, como pode ser gerador de dificuldades económicas adicionais para o agregado (por exemplo, para agregados familiares constituídos por uma idosa reformada com uma baixa pensão do Estado e com um filho adulto desempregado, divorciado e com filhos dependentes). Nestes casos o desemprego pode gerar um aumento do *stress* psicológico na família, nomeadamente em relação às finanças do agregado e à degradação das condições de vida de todos os seus membros, podendo, particularmente quando este se prolonga no tempo, gerar uma série de perdas adicionais para o indivíduo desempregado, particularmente quando a exclusão do mercado de trabalho é encarada como uma rejeição pessoal, ao nível das capacidades do indivíduo como ser produtivo na sociedade (Bhalla *et al.*, 1997). Nestes casos, o desemprego pode ser sentido como uma sensação de fracasso e de perda de estatuto social e de auto estima (Samuelson et al., 1988), repercutindo-se num aumento da incidência de estados de depressão (Gomes, 2003), de desmotivação, de desorganização pessoal e familiar e, em casos mais extremos, de alcoolismo e de toxicodependências (Capucha, 2005).

Assim se, por um lado, se reconhece a existência de um estatuto de desemprego que é menos estigmatizado e, por conseguinte, mais fácil de suportar em Portugal do que noutros países, por outro, também se identificam factores que podem induzir alterações neste 'ideal tipo' (Loison, 2003). No âmbito do debate sobre estes factores tem vindo a interrogar-se o papel da geografia do desemprego, ou das condições de organização sócio-espacial do desemprego, nas experiências individuais da população (por exemplo nas próprias expectativas e aspirações dos desempregados em relação a uma provável reinserção no mercado de trabalho). Desta perspectiva, mais geográfica, de análise da problemática do desemprego, ganham relevância as questões da estrutura e desenvolvimento dos sistemas de emprego locais/regionais, ou da repartição espacial da população desempregada (em termos de qualificações, de duração do desemprego, de investimentos na reinserção profissional, etc.), mas também das próprias características do contextos de residência e de interacção diária. É a este nível que ganha relevância questionar se a vivência num território com uma desproporcional incidência de desemprego, e com a ocorrência simultânea de múltiplas situações de desvantagem (social, funcional, física, simbólica), pode tornar mais severos os problemas individuais de desemprego, corroendo (com uma maior seriedade) recursos, motivações e as aspirações da população desempregada e fragilizando toda a comunidade[14].

[14] Uma hipótese de resto que vem sendo colocada por autores em Portugal, que olham as áreas urbanas 'em crise', lugares onde "se exprimem de forma mais aguda as implicações sociais do desemprego e da precariedade no emprego, da transformação das relações familiares e de parentesco, e da ausência, insuficiência ou desadequação das respostas públicas convencionais" (Henriques, 2002: s/pag).

A trajectória evolutiva e as condições de organização sócio-espacial do desemprego no Grande Porto: uma reflexão sobre as suas causas e características.

No contexto desta problemática é interessante analisar a trajectória do desemprego no Grande Porto e ensaiar interpretações face às formas de organização sócio-espacial do desemprego no Grande Porto, em particular no concelho central desta área metropolitana.

A trajectória recente do desemprego no Grande Porto

Ao longo dos últimos 25 anos, a taxa de desemprego em Portugal nunca ultrapassou os 10% da população activa portuguesa (Barreto, 2002), evidenciando, no entanto, períodos de alta e de baixa do fenómeno. No final dos anos 90 Portugal registava uma das menores taxas de desemprego da União Europeia (Eurostat, 2005; Mlady, 2005), mas a partir de 2001, a taxa viria a aumentar de 3,9% para 6,4%, em 2003, e para 8% no quarto trimestre de 2005, evidenciando a persistência destes elevados valores de desemprego nos anos seguintes. Aumentou também o peso das situações de 'desemprego de longa duração', no total do desemprego, -de 38% para 45% entre 2002 e 2004-, traduzindo uma crescente dificuldade de inserção e reinserção dos activos desempregados no mercado de trabalho.

Analisando a incidência social do desemprego, em termos das variáveis género, idade, sector de actividade e escolaridade, Barreto (2002) refere que em Portugal, à semelhança de outros países europeus, são as mulheres, os jovens, os trabalhadores da indústria e dos transportes e os segmentos com menores níveis de instrução os que evidenciam uma maior vulnerabilidade ao desemprego, bem como às flutuações, ascendentes e descendentes do ciclo económico (Ministro *et al.*, 2002).

O desemprego evidencia ainda, para além desta selectividade social, uma clara selectividade territorial, havendo regiões e territórios dentro dessas regiões que evidenciam uma maior vulnerabilidade a esta problemática. No que respeita à distribuição regional do desemprego em Portugal, os dados do Inquérito ao Emprego relativos ao segundo semestre de 2007, indicam que (numa altura em que a taxa de desemprego nacional era estimada em 7,9% e a população desempregada em 440,5 mil indivíduos), a Região Norte registava a taxa de desemprego mais elevada (equivalente a 9,4%), seguida de Lisboa (9%) e do Alentejo (8,8%). Para além de uma percentagem de população desempregada superior à média nacional, a Região Norte concentrava ainda o maior valor absoluto de população desempregada, equivalente segundo o Plano Nacional de Emprego a 46% do total do desemprego nacional (PNE, 2005).

No âmbito dos factores que têm vindo a ser apresentados para justificar a elevada incidência do desemprego na Região Norte, importa referir a concorrência internacional que tem vindo a ser responsável pelo

encerramento de muitas empresas tradicionais e a exigir a reestruturação produtiva de muitas outras – através da introdução de novas tecnologias, novos modos de organização da produção e estratégias mais baseadas na inovação e não tanto em mão-de-obra intensiva. Este facto tem promovido a destruição de muitos postos de trabalho na indústria transformadora que, embora tenha vindo a perder a sua importância relativa no computo geral de actividades, continua a ter nesta região um valor superior à média nacional e continua a ser em muitos concelhos o principal sector empregador de mão-de-obra (Varejão *et al.*, 2002).

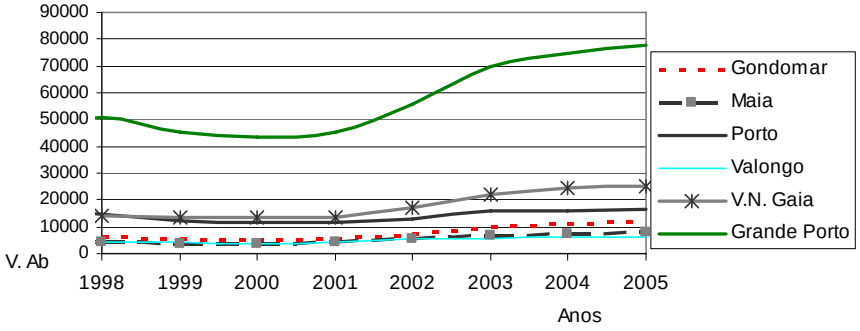
Os dados estatísticos relativos à repartição da população empregada da Região Norte por sectores de actividade mostram que em 2001 o peso da população empregada nos serviços ultrapassa já a percentagem de população empregada na indústria, e que a quebra do emprego no sector industrial é intensa na Área Metropolitana do Porto (AMP) e particularmente no Vale do Ave, devido ao predomínio dos sectores tradicionais de exportação.

Os dados estatísticos mostram ainda que a incidência sócio-espacial do desemprego não é a mesma para todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto. No âmbito deste estudo consideram-se apenas os seis concelhos centrais desta metrópole, que são os que evidenciam uma maior relevância demográfica e económica (que é aqui designada por 'Grande Porto', G.P.), optando-se por excluir, para efeitos do presente estudo, os três concelhos de menor contiguidade e de maior excentricidade geográfica da área metropolitana: o de Espinho, da Povoa de Varzim e da Vila do Conde[15].
A análise dos dados estatísticos do desemprego considera num primeiro momento os desempregados registados nos Centros de Emprego do Instituto de Emprego e de Formação Profissional (IEFP) e, subsequentemente, os dados apurados pelo Recenseamento Geral da População de 2001.

O gráfico seguinte (Figura 2), construído a partir dos dados de desemprego registado nos centros de emprego do IEFP do G.P. entre 1998 e 2005, permite observar um assinalável aumento dos valores de desemprego a partir de 2001.

Figura 2. Evolução do desemprego registado nos Centros de Emprego do IEFP do Grande Porto entre 1998 e 2005

[15] Note-se que a estes municípios que constituíam a anterior Área Metropolitana do Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia), juntaram-se em 2005 os de Arouca, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Trofa, que formam agora a Grande Área Metropolitana do Porto (agregando um total de 14 Municípios).

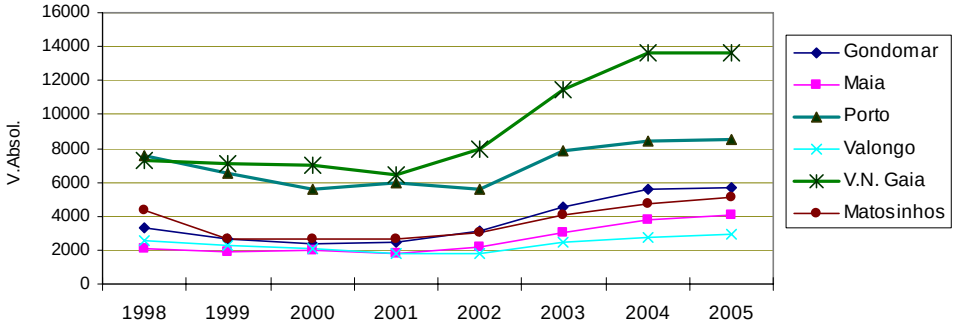


Fonte: Dados recolhidos pela autora junto do IEFP.

Pode ainda assinalar-se o aumento particularmente intenso do desemprego nos concelhos do Porto e de V. N. de Gaia, onde os valores de desemprego praticamente duplicaram entre 1998 e 2005, especialmente nos segmentos da população activa com menores níveis de qualificação, inferiores ao nono ano de escolaridade. A situação do concelho de V. N. de Gaia destaca-se ainda no que respeita à evolução dos valores do desemprego de longa duração (DLD), i.e. da população desempregada à mais de 12 meses (Figura 3), uma vez que a partir de 2001, este é o concelho que evidencia o aumento mais intenso do DLD (só em V. N. de Gaia os valores aumentam de 8 mil para 13 mil pessoas, traduzindo uma intensificação das dificuldades de reinserção da população no mercado de trabalho).

A crise do desemprego, e em particular do desemprego de longa duração neste concelho, relaciona-se de forma directa com as condições do mercado de trabalho, podendo os elevados valores de desemprego de V. N. de Gaia ser explicados pelos processos de reestruturação económica em curso em toda a área metropolitana do Porto. Efectivamente, atendendo à forte dissociação entre o local de trabalho e de residência que é observável nos concelhos suburbanos da AMP, (sendo no contexto metropolitano o município do Porto o único onde a concentração do emprego ultrapassa largamente a da população residente, constituindo por este facto o principal gerador de movimentos pendulares diários), o forte incremento do desemprego registado no concelho de Gaia -que em 2001 concentrava cerca de 39% do total da população activa no sector industrial e de construção do Grande Porto (evidenciando, portanto, uma forte especialização em população operária)- deve ser explicado à luz dos processos de transformação da base económica que tem vindo a afectar a disponibilidade de emprego, nomeadamente de emprego industrial, em toda a área metropolitana.

Figura 3. Evolução do Desemprego de Longa Duração registado nos concelhos do Grande Porto, entre 1998 e 2005

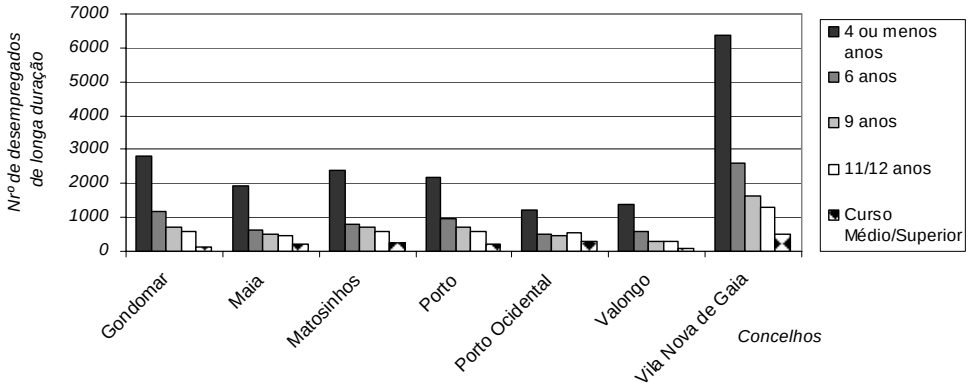


Fonte: Dados recolhidos pela autora junto do IEFP.

Como se sabe, quanto mais prolongadas são as situações de desemprego, mais penosas podem ser as suas consequências, ao nível económico, relacional, e de dificuldades em termos de reinserção profissional para o desempregado, devido, em particular, à perda de qualificações profissionais que resultam da inactividade prolongada, ou mesmo de uma eventual desmotivação na procura activa de emprego. Em 2005 no Grande Porto, o peso do desemprego de longa duração equivalia a cerca de 53% do total do desemprego registado.

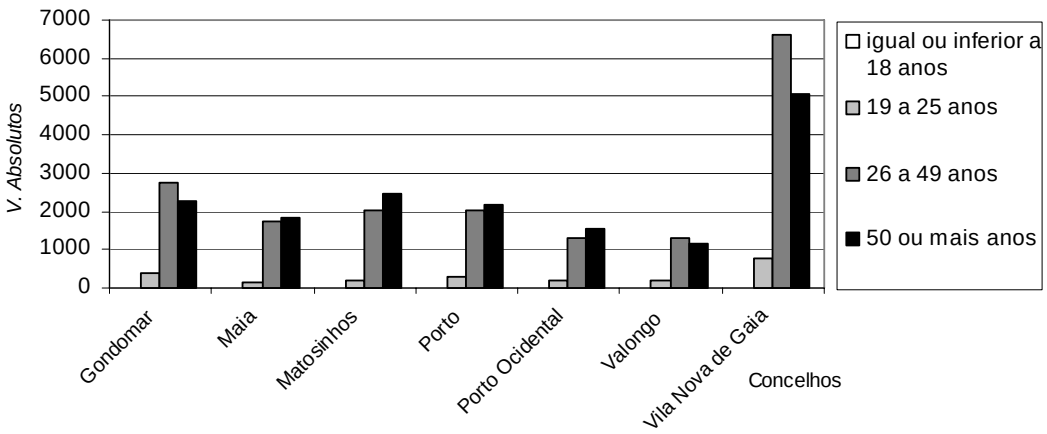
Uma análise mais desagregada à incidência social do desemprego de longa duração por níveis de instrução/qualificação (Figura 4) e pelos grupos etários (Figura 5), permite confirmar as maiores dificuldades de reinserção profissional dos desempregados com menores níveis de instrução/qualificação e com mais idade, verificando-se que este segmento de população tende a evidenciar não só uma menor estabilidade no emprego (devido a vínculos contratuais mais frágeis e precários), como tende a evidenciar maiores dificuldades de reinserção e permanência no mercado de trabalho.

Figura 4. A repartição do Desemprego de Longa Duração por níveis de habilitação (anos de escolaridade) e concelho de residência do desempregado em Novembro de 2005.



Fonte: Dados recolhidos pela autora junto do IEFP.

Figura 5. O Desemprego de Longa Duração por escalão etário do desempregado em Novembro de 2005



Fonte: Dados recolhidos pela autora junto do IEFP.

A Geografia do desemprego no Grande Porto, segundo os dados do Recenseamento Geral da População em 2001

A análise da evolução do desemprego nos Centros de Emprego do IEFP entre 1998 e 2005, permitiu constatar uma quase duplicação dos valores de desemprego registado durante esse período. Mas uma análise mais pormenorizada, com base nos dados de desemprego apurados pelo Recenseamento Geral da População, em 2001, referencia agora as condições de organização sócio-espacial do desemprego no Grande Porto, primeiro à escala do concelho, depois da freguesia.

Embora os dados apurados pelos Censos de 2001 se reportem ao início de um ciclo de acelerado aumento do desemprego em Portugal e na AMP, a sua importância situa-se ao nível da natureza georreferenciada dos seus dados, que permite a análise da incidência espacial do fenómeno a escalas muito finas de análise estatística.

A metodologia de apuramento dos dados através dos Censos (com base no método clássico de entrega/recolha de questionários a todas as famílias residentes em Portugal), permite ainda abranger um leque mais vasto de indivíduos desintegrados do mercado de trabalho que não comunicam a sua situação de desemprego ao Centros de Emprego (note-se que o registo destas situações é voluntário com excepção dos indivíduos que requerem o subsídio de desemprego à Segurança Social, tendo assim de fazer prova da sua situação de desemprego, bem como de uma procura activa de emprego)[16]

[16] A título de curiosidade refira-se que uma comparação dos dados de desemprego apurados pelo Recenseamento da População e com os registados nesse mesmo ano nos centros de emprego do IEFP (embora reconhecendo-se que não existe entre ambos uma coincidência em termos do mês de apuramento nem dos conceitos e metodologias de recolha de dados) permite observar: *i)* um maior apuramento das situações de desemprego pelo Censos à População nos concelhos da Maia, Porto e Matosinhos, ao contrário dos de Gaia, Valongo e Gondomar; *ii)* a existência de uma parcela significativa de população desempregada que opta por não registar a sua condição de desemprego nos centros do IEFP, preferindo procurar outras vias de colocação (contactos pessoais, anúncios de jornal, empresas de colocação, etc..), sendo esta a situação

De seguida, procede-se, então, ao tratamento e representação cartográfica da informação estatística do desemprego às escalas do concelho e da freguesia no território do Grande Porto. O quadro seguinte (Tabela 1), apresenta os dados de desemprego apurados pelo Recenseamento Geral da População de 2001, verificando-se que, nessa data, o G.P. contabilizava cerca de 46 mil desempregados residentes, o que equivale a cerca de 89% do desemprego metropolitano[17], e a, respectivamente, 39% e 14% do desemprego da Região Norte e de Portugal Continental.

Tabela 1. População desempregada em 2001 no Grande Porto, segundo o tipo de desemprego

	Desemprego			*Desempregados à procura do 1º emprego*			*Desempregados à procura de novo emprego*		
	V. Ab.	***Taxa***	*%*	*V. Ab.*	*V.Rel.*	*%*	*V. Ab.*	*V.Rel.*	*%*
Gondomar	6445	*7,6*	*13,9*	1132	*0,8*	*14,1*	5313	*3,9*	*13,9*
Maia	4408	*6,7*	*9,5*	692	*0,7*	*8,6*	3716	*3,7*	*9,7*
Matosinhos	6851	*8,0*	*14,8*	1032	*0,7*	*12,9*	5819	*4,1*	*15,2*
Porto	12951	***10,2***	***28,0***	2477	*1,1*	*30,9*	10474	*4,6*	*27,3*
Valongo	3320	*7,3*	*7,2*	600	*0,8*	*7,5*	2720	*3,8*	*7,1*
Gaia	12358	***8,1***	***26,7***	2074	*0,9*	*25,9*	10284	*4,3*	*26,8*
Grande Porto	46333	*8,0*	*100,0*	8007	*0,8*	*100,0*	38326	*4,0*	*100,0*
AMP	51862	*8,0*		9077	*0,9*		42785	*4,1*	
Região Norte	118912	*6,7*		24794	*0,8*		94118	*3,1*	
Continente	339261	*6,8*		73678	*0,8*		265583	*3,1*	

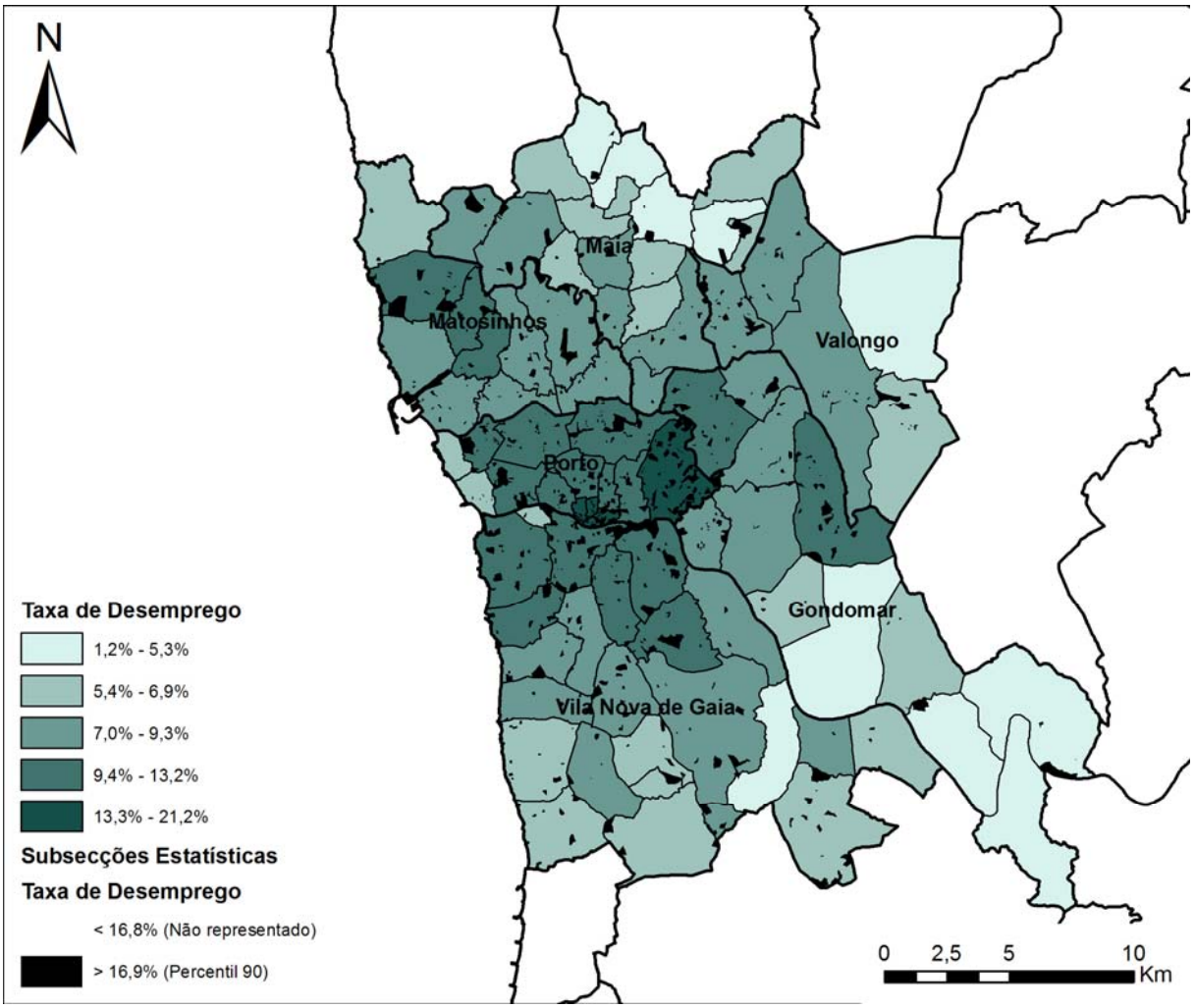
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001

No mapa seguinte (Figura 6) representa-se a distribuição das taxas de desemprego por freguesia e subsecção estatística.

mais comum da população que procura um primeiro emprego; *iii)* a situação dos desempregados que procuram um novo emprego está melhor documentada, devido a esta constituir uma condição de elegibilidade à candidatura aos subsídios de desemprego. Refira-se que de um total de 13 mil pessoas residentes no concelho do Porto que declararam no âmbito dos Censos estarem desempregadas, cerca de 8% optou por não registar voluntariamente a sua situação nos centros do IEFP, correspondendo estes, na sua grande maioria, a desempregados à procura de um 1º emprego. Uma comparação dos dados apurados pelo INE com os registados no IEFP, evidencia que são em média registadas cerca de 6% das situações de desemprego à procura de um primeiro emprego, para uma proporção de quase 95% das situações de procura de um novo emprego.

[17] Neste ponto considera-se a AMP na extensão territorial que apresentava à data deste recenseamento, ou seja composta por apenas 9 concelhos.

Figura 6. Repartição espacial da taxa de desemprego em 2001, por freguesia e subsecção estatística do Grande Porto



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001

Como aspectos mais relevantes da distribuição das taxas de desemprego nas freguesias do Grande Porto, saliente-se a desproporcional incidência do desemprego no Centro Histórico do Porto e na freguesia de Campanhã, localizada na parte oriental do concelho do Porto, que regista um valor médio de desemprego que é cerca de três vezes superior ao das freguesias da parte ocidental do município (Nevogilde e Foz do Douro). Saliente-se ainda o facto de ser nas pequenas freguesias do centro histórico do Porto onde se registam as taxas mais elevadas de desemprego de todo o Grande Porto (cerca de 17% do total da população activa), mas que estas têm, no entanto, associados baixos valores absolutos de desemprego em virtude dos processos do envelhecimento e da perda de população activa observados ao longo das últimas décadas. Por seu lado, a freguesia de Campanhã articula um elevado valor absoluto e relativo de desemprego, equivalente a 14 desempregados em média por cada 100 activos, o que corresponde a cerca de 2500 desempregados apurados em 2001. No exterior do concelho do Porto, destaca-se do ponto de vista da taxa de desemprego a

freguesia de S. Pedro da Cova no concelho de Gondomar, em virtude do processo de extinção das actividades de exploração mineira (de carvão) que constituíam nesta freguesia um importante factor de oferta de emprego.

A interpretação da variação espacial do desemprego neste território, exige, assim, a convocação de algumas teorias que permitam discutir os factores explicativos dos resultados social e espacialmente descoincidentes ao nível da integração ou desintegração profissional da população (Green et al., 1998; Green, 2001).

Considerando um primeiro grupo de teorias, refiram-se as hipóteses explicativas que enfatizam as características sócio-profissionais da população - em termos de qualificação, de experiência profissional, de atitudes face ao trabalho. Assim, a maior incidência do desemprego nalguns territórios poderia ser explicada pelos atributos da população residente, constatando-se maior desemprego em locais onde a população não incorpora as qualificações requeridas pelas novas tecnologias e novos modos de trabalho[18].

Estas teorias parecem encontrar no contexto do Grande Porto uma elevada pertinência explicativa, particularmente quando se observa a elevada incidência do desemprego em áreas onde predominam os segmentos de população activa não qualificada da indústria transformadora e do sector terciário, por oposição às áreas ocupadas pela população com maiores níveis de instrução e de remuneração salarial, que se caracterizam por uma baixa incidência do fenómeno[19]. A este propósito importa notar que em virtude dos maiores níveis de qualificação e instrução residente, o Porto é o município da área metropolitana onde os trabalhadores por conta de outrem registam o maior valor da remuneração média mensal, equivalente, em 2000, a 872 euros. Não obstante, os valores médios mais favoráveis de instrução, o Porto é, no entanto, um espaço marcado por elevadas disparidades salariais internas, nomeadamente entre os Trabalhadores por Conta de Outrem (e estas têm vindo de resto a intensificar-se), verificando-se que elas ultrapassam significativamente os valores de desigualdade observados na AMP e no País (CMP, 2003)

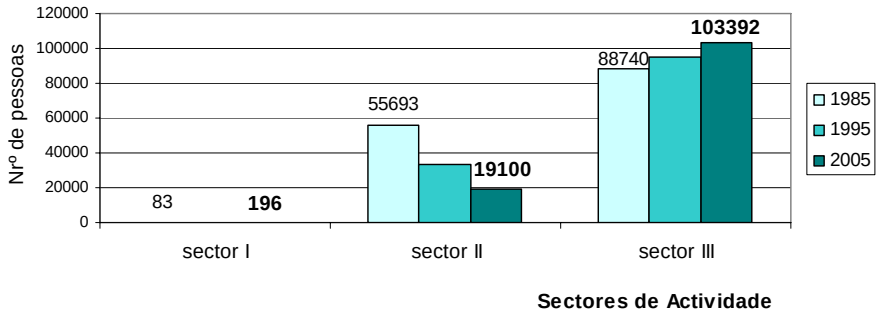
Do lado da 'oferta', as hipóteses explicativas têm vindo a justificar a existência de uma elevada incidência do desemprego nalgumas áreas, em virtude da escassez e da destruição do emprego disponível. Para além de sublinharem os baixos valores de oferta de emprego em algumas áreas, estas teorias têm vindo ainda a

[18] Por exemplo, a este nível tem vindo a reconhecer-se o modo como a sociedade da informação e do conhecimento tem gerado não só novos modos de trabalho mais flexíveis mas também novas oportunidades de emprego, sobretudo relacionadas com tarefas informacionais que requerem um novo perfil de competências (Nunes, 2007).

[19] A análise da repartição da população residente no Grande Porto por níveis educativos e por grupos de profissões (que são dois factores determinantes do nível salarial dos trabalhadores) permite observar: *i)* a nível concelhio, o predomínio no concelho do Porto da maior percentagem de residentes com um curso médio ou superior - 24% do total da população- e da menor proporção de população sem qualquer nível de instrução - 9,3% -, por oposição aos municípios de Valongo e de Gondomar que concentram uma maior proporção de trabalhadores não qualificados (empregados domésticos, pessoal da limpeza e trabalhadores não qualificados da industria transformadora); *ii)* ao nível das freguesias, a existência de fortes disparidades na estrutura educativa da população residente, sendo possível observar uma forte presença de residentes com baixos níveis de instrução nas freguesias de perfil mais industrial e rural de Vilar de Andorinho e Lever (em V. N. de Gaia); do Centro Histórico do Porto e de Campanha (no Porto); de Perafita, Santa Cruz do Bispo e de Guifões (em Matosinhos) e de S. Pedro da Cova, Campo, Foz do Sousa, Covelo, Medas e Melres (Gondomar).

sublinhar a fraca acessibilidade - geográfica e em termos das competências requeridas - para algumas categorias sociais. Na literatura anglo saxónica este problema da acessibilidade ao emprego tem vindo a ser designado por *mismatch*, terminologia com a qual se alerta para a falta de ajustamento ou de adequação entre a procura e a oferta de emprego. Os processos de desindustrialização de algumas áreas, mediante processos de encerramento e/ou de deslocalização de empresas (de exploração mineira, de produção industrial, …) têm vindo a ser alguns dos factores explicativos para a transformação da base económica de algumas áreas e, por essa via, do aumento do desemprego. Este é um conjunto de explicações que mais uma vez encontra pertinência para o contexto do Grande Porto, onde se assistem a processos de reestruturação da base económica, veja-se que só no concelho do Porto, e entre 1985 e 2005, assistiu-se à destruição de cerca de 36.500 postos de trabalho no sector secundário, sobretudo nas actividades económicas industriais e da construção civil (Figura 7). Esta tendência ocorreu a par do processo de terciarização da base económica local, o qual foi acompanhado por mudanças nas exigências da formação do emprego (por exemplo associadas a uma maior capacidade na utilização de novas tecnologias de informação e de comunicação), algo a que uma população menos jovem, menos qualificada e com um perfil operário, nem sempre consegue responder (características que estão mais presentes na área oriental e central do Porto).

Figura 7. Evolução do número de pessoas ao serviço no concelho do Porto por sector de actividade económica, 1985-2005



Fonte: Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Reflectindo ainda sobre as teorias que têm vindo a considerar as descoincidências, geográficas e de competências, entre a procura e a oferta de emprego, importa considerar que elas têm vindo também a apontar a existência movimentos pendulares diários muito restritos por parte de alguns grupos sociais (associados à sua maior dependência dos transportes públicos, bem como à sua menor capacidade de escolha no mercado de habitação, estando muitas vezes dependentes de habitações mais económicas, de promoção pública ou privada, com uma localização muitas vezes mais periférica), o que acaba por ser responsável por menores oportunidades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho. O imobilismo residencial dos grupos com maiores carências económicas e a sua orientação mais local na procura de emprego (decorrente

em parte das suas maiores limitações económicas) tem vindo a ser considerada uma dupla barreira ao emprego.

No contexto da revisão das teorias interpretativas da desigual incidência do desemprego em meio urbano, importa ainda focar as que consideram o papel da intervenção do Estado em domínios como a habitação social ou o planeamento do território. Analisando o modo como algumas decisões do planeamento físico e funcionalista têm vindo a favorecer a separação e a espacialização da população desempregada, diversos autores têm vindo a enfatizar as responsabilidades, directas e indirectas, do Estado, na construção de comunidades marcadas por polarização e segregação sócio-espacial em torno de variáveis como a inactividade, o desemprego ou o emprego pobre. Efectivamente, embora o planeamento e as políticas de habitação tenham tido na sua génese preocupações higienistas e de melhoria das condições de vida, associadas, por exemplo aos objectivos de erradicação de habitação insalubre e precária ou de infra-estruturação do território, contudo, a opção por modelos de desenvolvimento territorial baseados nos interesses económicos, em detrimento da sustentabilidade urbana e social, têm vindo a ter repercussões indesejáveis ao nível do aumento da segregação de usos do solo e da população, favorecendo em particular a relegação e o afastamento relativo de população com posições marginais no sistema de emprego[20].

Na cidade do Porto o Plano de Salubrização de Ilhas e o Plano de Melhoramentos (de 1956), que viria a ficar popularizado pelo *slogan* político da construção de 10.000 fogos em 10 anos, viria a implementar entre 1956 e 1966, a construção de 6.000 novos fogos de habitação social, procurando deste modo combater o extenso problema de habitação do centro do Porto -sobrelotada, clandestina e sem condições mínimas de habitabilidade-. Em consequência, viria a determinar o realojamento de cerca de 20% da população que morava em áreas de habitação precária no centro do Porto para grandes bairros de habitação social de localização periférica (onde era ainda muito incipiente o processo de urbanização e de infra estruturação). A lógica de deportação, segregação e relegação da população pobre para áreas mais afastadas é de resto reconhecida por documentos oficiais que afirmam que dos 13 bairros construídos na cidade do Porto por influência deste Plano, apenas dois tiveram uma localização central (CMP, 2001), sendo este parque de arrendamento público composto dominante por população pobre, com ligações precárias em relação ao mercado de trabalho.

[20] Criticando os modelos de segregação na produção de cidade, Hall (1988: 346) nota como o zonamento, que teve as primeiras aplicações na Califórnia nos finais dos século XIX, foi criado com a principal função de salvaguarda dos valores da propriedade, através de medidas de exclusão de usos do solo e de vizinhos indesejáveis.

A desigual repartição da protecção social associada ao subsídio de desemprego nas freguesias do Porto

A gravidade do desemprego não é idêntica para todos os indivíduos, dependendo de um conjunto diversificado de factores, como, por exemplo, do acesso à rede de protecção (Samuelson e Nordhaus, 1988) que é disponibilizada pelo Estado, nomeadamente através dos mecanismos de transferência dos rendimentos do Sistema de Segurança Social e que, conjuntamente com as ajudas disponibilizadas pelas formas de apoio familiar ou comunitário, permitem suprir alguns dos efeitos negativos decorrentes da perda de salário durante o período de desemprego. Neste âmbito, a nível nacional, tem vindo a reconhecer-se a existência de uma sociedade providência solidária que, dentro das suas capacidades, procura suprir a forte desprotecção das políticas sociais do Estado e em particular das políticas de protecção social do desemprego (Cabrita, 2005), que são caracterizadas por fracos montantes das prestações sociais (calculados em função do anterior nível salarial dos trabalhadores) e por uma desigual protecção entre os diferentes grupos sociais. Como explica Cabrita (2005), "os que estão dentro do sistema encontram-se efectivamente protegidos", porém, "os que estão fora – os que não têm uma carreira contributiva ou trabalham nas margens do mercado de trabalho formal e no mercado informal são discriminados e deixados sob a protecção de redes incipientes de assistência social" (Cabrita, 2005: 170).

De uma forma necessariamente breve, refira-se, a este propósito, que a protecção social do desemprego em Portugal se realiza através da atribuição de três prestações: o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego (inicial ou subsequente ao Subsídio de Desemprego), e o subsidio de desemprego parcial. Todas se destinam a substituir a falta de remuneração dos indivíduos desempregados e todas têm associadas condições específicas de acesso. Por exemplo, um trabalhador é elegível para receber o Subsídio de Desemprego se no período de 24 meses anteriores à perda de emprego tiver 15 meses de registo de remunerações, e se estiver inscrito como candidato a um emprego no Centro de Emprego da área de residência. O Subsídio de Desemprego pode garantir uma prestação mensal que cobre 65% da anterior remuneração do beneficiário, durante um período que depende da idade no momento do desemprego e do número de anos com registo de remunerações, variando entre um máximo de 9 meses até a um máximo de 3 anos e 2 meses, com as durações maiores a serem concedidas aos trabalhadores mais velhos e com períodos de contribuições mais longos.

Para além desta principal modalidade do sistema de protecção social no desemprego, que considera como aspectos principais para a atribuição do subsídio a carreira contributiva e a idade do desempregado (condições que tornam, por isso, ilegíveis a população que procura um primeiro emprego, os trabalhadores por conta própria, entre outras categorias de população, como por exemplo, os trabalhadores não declarados), existem outras modalidades associadas ao Subsídio Social de Desemprego, que dependem

essencialmente da verificação da existência de condições de sobrevivência precárias no agregado familiar. Ao Subsídio Social de Desemprego inicial podem candidatar-se os indivíduos que não têm direito ao Subsídio de Desemprego, e ao subsídio social de desemprego subsequente podem candidatar-se aqueles que já atingiram o prazo máximo de beneficiação do subsídio de desemprego.
Segundo dados da Segurança Social, o subsidio de desemprego equivale a cerca de 66% do total de subsídios processados pela Segurança Social, correspondendo o restante valor processado a situações de Subsidio Social de Desemprego, o que indicia uma elevada percentagem de população que não tem acesso, por condições de prazo ou de garantia, ao Subsidio de Desemprego e que, simultaneamente, enfrenta dificuldades financeiras durante o período de desemprego.

A população desempregada, consoante as condições que consegue garantir (nomeadamente em termos de prazos de descontos para a Segurança Social ou da prova da existência de condições de vida precárias) pode ser ou não elegível a alguma das prestações sociais de desemprego, reconhecendo-se, como já fizemos referência ao longo deste documento, que a população que procura um primeiro emprego, os trabalhadores por conta própria, e os que não fizeram os descontos para a segurança social, ainda que façam prova de uma procura activa de emprego, não beneficiam deste tipo de prestações. Uma questão que a este propósito importa colocar é a da proporção de população que estando impedida de participar no mercado de emprego tem um tratamento social da sua situação, podendo beneficiar de alguma das prestações sociais de desemprego. Os dados que têm vindo a ser difundidos sobre este tema, não são propriamente convergentes. Por exemplo, os dados apurados pelo Inquérito ao Emprego do INE indicavam que em 2004, cerca de 53,8% do total dos desempregados que se encontravam à procura de um novo emprego, auferiam de prestações de desemprego; contudo já o *European Labour Force Survey*, do Eurostat, refere valores muito inferiores, da ordem dos 29,2% no caso dos homens e de 25,5% no das mulheres, o que perfaz um valor médio de 27, 3% do total. Ao nível local, a identificação destes valores também não se afigura fácil. Por um lado os dados mais recentes disponibilizados sobre o desemprego e desagregados ao nível do concelho (os do desemprego registado nos Centros de emprego do IEFP) são de inscrição voluntária e é normalmente realizada pela população que tem condições para candidatar-se aos subsídios de desemprego (recorde-se que de um total de 13 mil pessoas residentes no concelho do Porto que no âmbito do Recenseamento Geral da População de 2001 declararam estar desempregadas, cerca das 8% que não registou a situação nos centros do IEFP (admitindo que o recenseamento apurou a generalidade das situações de desemprego) estavam na sua grande maioria, à procura de um 1º emprego. Efectivamente, quando se comparam os valores totais de desemprego registados nos Centros de Emprego do IEFP com os subsídios de desemprego processados pela Segurança Social, encontra-se uma elevada coincidência entre ambos. A saber, para o caso do concelho do Porto e para o ano de 2004, o IEFP registava 16.192 situações de desemprego (das quais apenas 544 correspondiam a

situações de desemprego à procura de um primeiro emprego), e, nesse mesmo ano, a Segurança Social, processou a 15.696 beneficiários, subsídios de desemprego. A comparação dos valores de desemprego registados no IEFP com o valor dos beneficiários de subsídios de desemprego processados pela SS, permite observar em alguns casos inclusive que estes superam os valores de desemprego registados nos centros emprego dos respectivos concelhos; o que é surpreendente se considerarmos que o registo no centro de emprego da área de residência constitui uma condição de elegibilidade ao acesso dos subsídios (Figura 8).

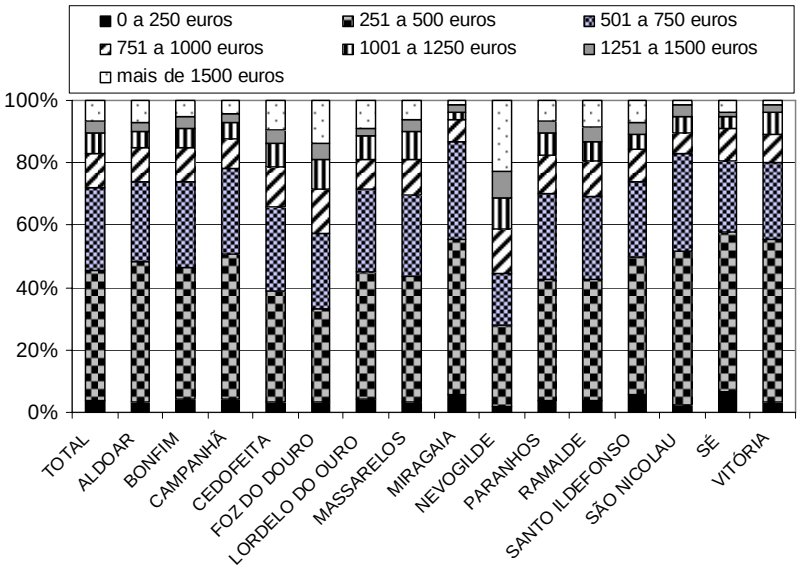
Figura 8. O Desemprego registado e subsidiado nos concelhos do Grande Porto em 2004

	Gondomar	Maia	Porto	Valongo	V.N. Gaia	Matosinhos
Dados IEFP / desemprego registado	10948	**7638**	16192	**6167**	24267	**9592**
Dados Segurança Social / beneficiários com processamento de prestações de desemprego	10.842	**7.997**	15.696	**6.666**	20.246	**11.577**

A falta de acerto entre os valores nos concelhos da Maia, Valongo e Matosinhos, poderão ser explicados, segundo os próprios serviços de estatística da Segurança Social pela metodologia de recolha, tratamento e divulgação dos dados por parte daquele Instituto, uma vez que, ao longo de um mesmo ano, um mesmo indivíduo pode ser beneficiário de vários subsídios consecutivos (ainda que de curta duração ou baixo valor), por exemplo, podendo começar por beneficiar do subsídio de desemprego e, mais tarde, ter acesso ao subsídio social de desemprego, inicial ou de continuação. Um mesmo indivíduo poderia assim figurar mais do que uma vez na contabilização dos subsídios de desemprego.

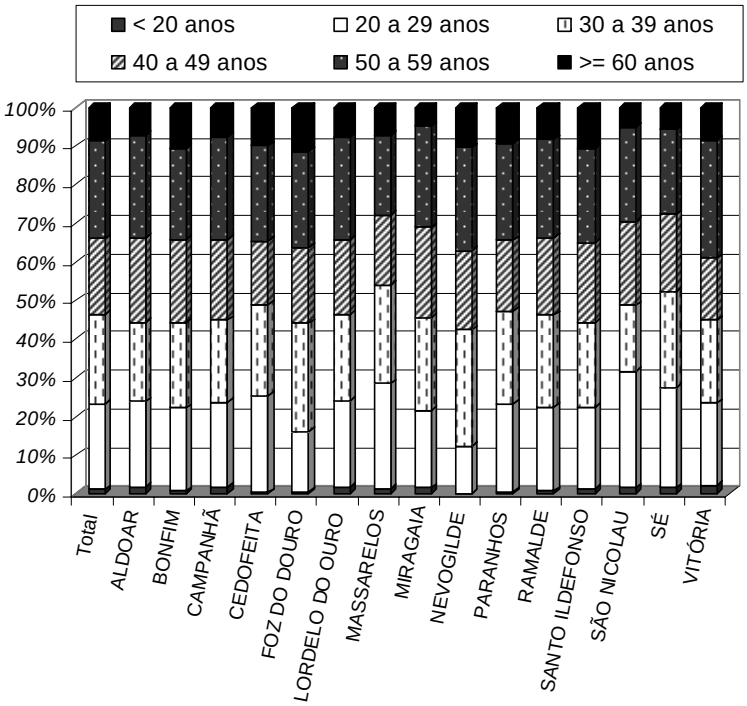
A análise dos dados estatísticos disponibilizados pela Segurança Social relativamente aos montantes de subsídio de desemprego processados por escalão de rendimento e escalão etário dos beneficiários permite um olhar sobre a localização dos desempregados. Esta análise é desenvolvida apenas para as freguesias do concelho do Porto (Figuras 9 e 10).

Figura 9. Repartição dos beneficiários, residentes no concelho do Porto, com processamento de prestações de desemprego, por escalão de rendimento e freguesia, em 2004



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social

Figura 10. Repartição dos beneficiários, residentes no concelho do Porto, com processamento de prestações de desemprego, por escalão etário e freguesia, em 2004



Fonte: Instituto de Informática e Estatística da Segurança Social

O gráfico, que representa a estrutura dos valores monetários das prestações de desemprego processados nas freguesias do Porto, permite observar a existência de situações muito diferenciadas do ponto de vista dos montantes médios, podendo destacar-se dois tipos de situações extremas. A das freguesias históricas (da Sé, da Vitoria, de Miragaia) e de Campanhã, que evidenciam uma estrutura de valores processados muito

precária, verificando-se que cerca de 60% da população desempregada com acesso ao subsídio de desemprego, recebe um valor que varia entre os 251 e 500 euros. Com uma estrutura de valores de subsídios de desemprego muito diferente, encontram-se as freguesias de Nevogilde e Foz do Douro, que são as que no contexto do Porto registam os valores médios mais elevados de protecção social das situações de desemprego. Note-se, por exemplo, como em Nevogilde apenas 25% da população recebe prestações de desemprego inferiores a 500 euros e uma mesma parcela de 25% recebe prestações de desemprego superiores a 1500 euros mensais.

A análise da repartição dos valores associados à protecção social do desemprego nas freguesias do concelho do Porto permite assim confirmar que as formas de protecção social de desemprego reimprimem, de forma muito clara, as dicotomias observadas no mercado de emprego, verificando-se, de forma preocupante que alguns territórios (nomeadamente os do Centro Histórico e da freguesia de Campanhã) concentram uma proporção desproporcional de população desempregada com baixos valores de subsídios de desemprego, podendo, muitas das vezes não os protege da pobreza monetária.
Uma situação que é explicada pelo facto das carreiras contributivas dos trabalhadores não qualificados tenderem a ser mais curtas, mais instáveis (podendo incluir mais transições entre situações de emprego/desemprego) e mais reportadas a salários mais reduzidos (Silva, 2002), verificando-se assim que o padrão de vida marcado precariedade económica associada a empregos temporário, a prazo, não declarados, …, tem correspondência, em períodos de transição para o desemprego, numa maior vulnerabilidade às situações de risco de pobreza, particularmente quando os baixos níveis de protecção social do Estado se conjugam com fracas possibilidades de apoio material das famílias.

Os padrões espaciais de desemprego à escala da subsecção estatística, na cidade do Porto

Analisaram-se as condições de organização sócio-espacial do desemprego no Grande Porto, primeiro à escala do concelho e depois da freguesia. A utilização da freguesia como escala de análise (a que esteve associada a utilização de valores médios, que tendem a dissimular as situações mais extremas ou discrepantes) e a opção pela representação de uma área muito extensa em termos de superfície, como é a dos seis concelhos do Grande Porto, torna difícil uma análise de maior pormenor, não permitindo observar, com maior detalhe, as variações intra-urbanas do fenómeno do desemprego.
Face ao interesse de deter uma base geográfica minuciosa para a análise do desemprego, interessa a identificação e a interpretação dos padrões espaciais do desemprego, optando-se pela utilização de um mapa a uma escala maior, relativo ao município do Porto, onde são representados os valores, relativos e absolutos, de desemprego com uma desagregação geográfica por subsecção estatística (Figura 11). Note-se que nas áreas urbanas, a subsecção estatística corresponde ao quarteirão, correspondendo esta à unidade territorial mais pequena a que o INE disponibiliza informação estatística e apenas para um leque restrito de indicadores.

Antes de se proceder à descrição e interpretação deste mapa, deve considerar-se algumas das limitações que podem andar associadas à representação de dados georreferenciados, e que "de uma forma acidental ou intencional", podem "induzir em erro" (Móia, 2006: 44). Sem pretender aprofundar esta questão[21], importa, de uma forma breve, referenciar os riscos que foram identificados no âmbito da representação do desemprego por subsecção estatística. Um primeiro risco, associado à representação de taxas de desemprego, decorre da constatação de que a existência de taxas de desemprego similares podem estar associadas a realidades muito discrepantes de desemprego, que são explicados pelas próprias características sociais e funcionais dos territórios, associadas à densidade construtiva, demográfica ou à estrutura funcional da área, verificando-se, por exemplo, em algumas subsecções que a função residencial é residual e que a presença de elevadas taxas de desemprego tem associado um reduzido número de pessoas desempregadas. Um segundo risco relaciona-se com o reconhecimento de que a representação das taxas de desemprego por subsecções estatísticas com áreas muito distintas, pode ser geradora de alguns equívocos visuais. Por exemplo, a pequenas manchas (visualmente pouco expressivas) que têm associados elevados valores de desemprego, em virtude da sua elevada densidade populacional e construtiva, contrapõem-se manchas

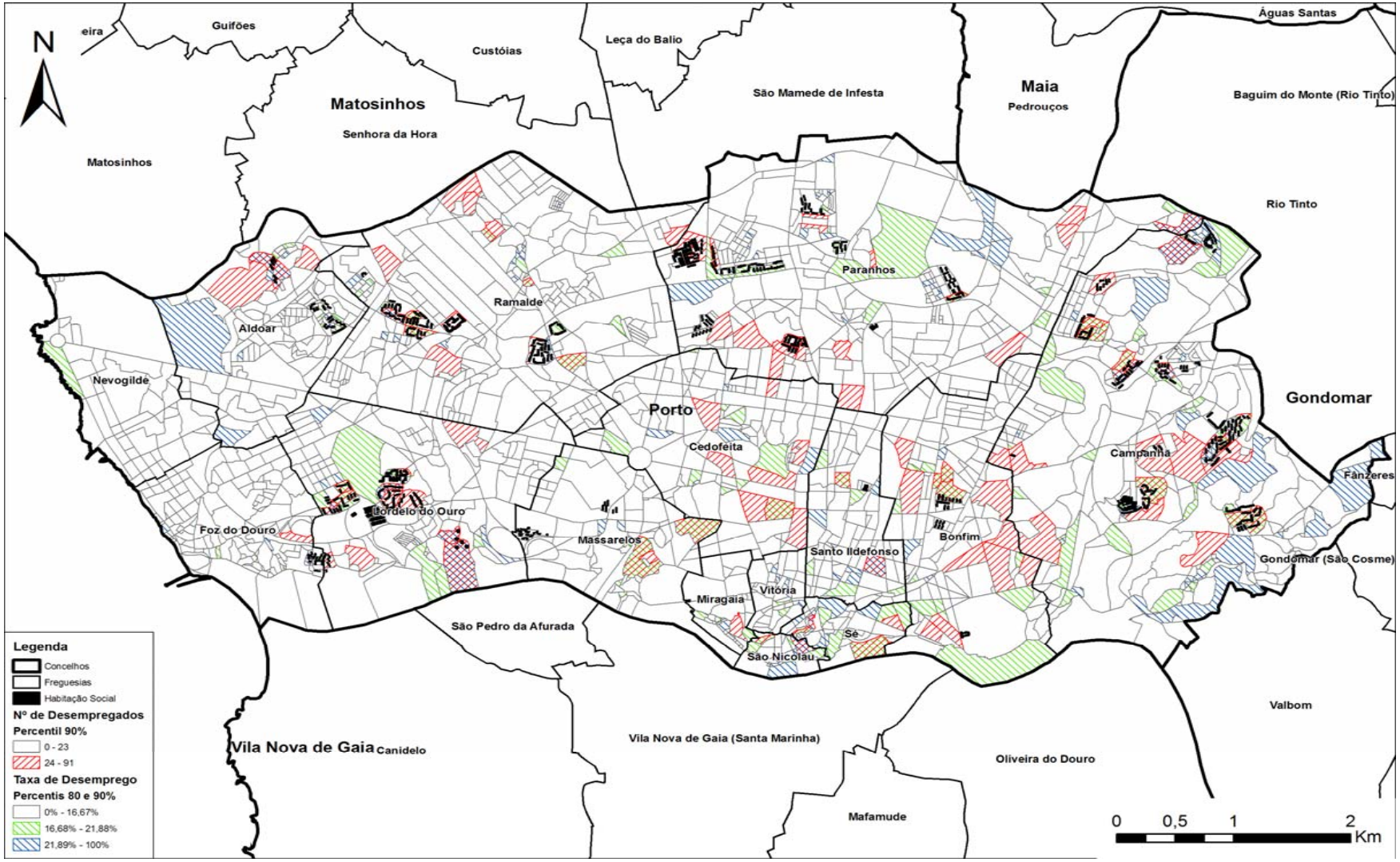
[21] Para um maior aprofundamento sobre os riscos associados aos efeitos de projecção; de escala; de zonamento; dos que são habitualmente designados por 'de falácia ecológica'; ou dos associados aos efeitos da classificação e da cor, ver Móia (2006).

extensas, associadas a elevadas taxas de desemprego que não obstante a sua dimensão e efeito de cor, representam uma reduzida proporção de residentes activos desempregados por Km2 (devido ao seu perfil não exclusivamente residencial, relacionado por exemplo com o predomínio de uma função universitária, de lazer ou agrícola).

Face a estes riscos da representação das taxas de desemprego por subsecção estatística, optou-se, para uma apreensão mais correcta da heterogeneidade que caracteriza a distribuição espacial do desemprego por quarteirão na cidade do Porto, por uma representação simultânea dos valores absolutos e relativos do desemprego através de tramas descoincidentes. Esta opção, visa, por um lado, representar 'as duas caras' de um mesmo problema, ou seja a dos elevados valores absolutos e relativos de desemprego, formando, nas áreas em que essas duas tramas se cruzam a construção de uma espécie de 'rede', que, de uma forma metafórica, permite alertar para o perigo destas 'bolsas de desemprego' (onde este problema diz respeito não só a alguma mas à maioria da população) poderem gerar condições de vida, objectivas e simbólicas, marcadas pela privação e pelo 'aprisionamento' do aproveitamento das capacidades (produtivas, mas não só, também relacionais e humanas) dos seus residentes.

Neste sentido, considerando o território como um elemento constitutivo das relações sociais, e o seu papel activo para participar e condicionar a estrutura de oportunidades das comunidades, procede-se à análise do mapa seguinte de duas perspectivas complementares: [i)] por um lado, na perspectiva de quem quer identificar os padrões geográficos das redes de desemprego no Porto e interpretar os factores explicativos que poderão estar na sua génese; [ii)] por outro lado, na perspectiva de quem quer, de uma forma diacrónica e prospectiva, interrogar os efeitos dos padrões identificados sobre as trajectórias de desenvolvimento evidenciadas por esses territórios e comunidades.

Figura 11. Repartição espacial do desemprego na cidade do Porto por subsecção estatística, em 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001

Com base na análise da distribuição espacial das 'redes' de desemprego no concelho do Porto, observa-se um padrão espacial marcadamente difuso, que parece salpicar o território da cidade com excepção das freguesias ocidentais de Nevogilde e da Foz do Douro, que para além de evidenciarem um reduzido valor total de desemprego, ficam à margem da presença de bolsas pontuais de concentração espacial do fenómeno. Por sua vez, as freguesias de Campanhã (e com um menor importância relativa as de Lordelo do Ouro e de Ramalde), bem como as do Centro Histórico, caracterizam-se por uma maior presença deste tipo de redes.

Salienta-se a existência de tipologias de bolsas de desemprego muito distintas, do ponto de vista da localização na cidade, da sua dimensão social e das características de estruturação que lhes estiveram associadas. No caso das mais periféricas é clara a influência exercida pelas opções das políticas de planeamento ao nível da construção dos bairros de habitação social - em consequência das opções tomadas em termos da densidade e da escala do edificado, da existência de uma reduzida diversidade de usos do solo, e da segregação face à envolvente. Nas áreas de maior antiguidade do centro do Porto (anteriores a 1945), as redes de desemprego devem ser explicadas pela permanência ao longo do tempo de problemas estruturais de habitação, associados à presença de ilhas e de outra habitação clandestina de tipo similar, mas também de outros edifícios de arrendamento privado que em virtude das suas baixas rendas e do seu elevado estado de degradação concentram hoje população idosa com baixos recursos e população activa, pouco qualificada, com ligações precárias ao mercado de emprego ou em situação de desemprego ou inactividade. Nas freguesias periféricas as 'redes' de desemprego evidenciam uma forte coincidência espacial com as manchas de distribuição dos bairros de habitação social da cidade (veja-se a legenda do mapa), o que demonstra a influência exercida pelos processos de construção e de alocação de população com *deficits* de formação/instrução e ligações precárias ao mercado de emprego, sobre a construção de comunidades com elevadas vulnerabilidades à pobreza e à exclusão social. A forte coincidência espacial da geografia do desemprego com a geografia dos bairros de habitação social do Porto, evidencia efectivamente o papel que o Estado tem desempenhado em matéria de fragmentação sócio-espacial e espacialização da pobreza e do desemprego em territórios periféricos.

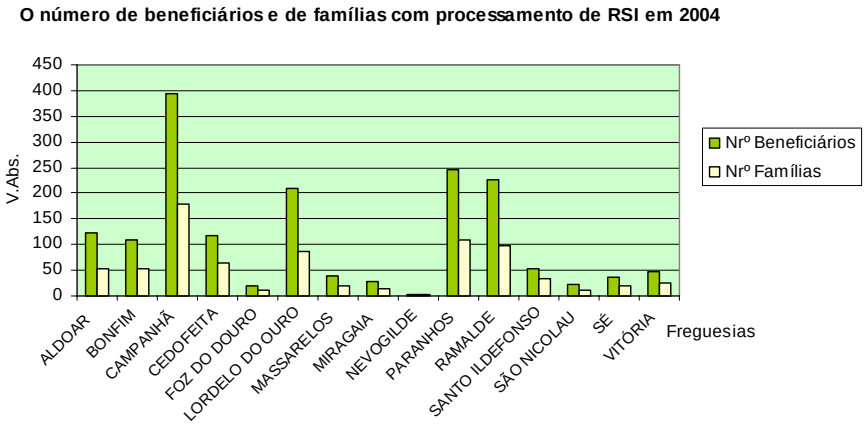
A aplicação de modelos funcionalistas de zonamento, que atribuem a cada parte do solo uma função distinta e o desenvolvimento de políticas de habitação social que atribuem a "clientelas fixas e previamente definidas" sectores específicos da cidade e de alojamento, frequentemente de fraca qualidade e valorização (Freitas, 2001: 200), tem apoiado e reforçado a lógica de funcionamento do mercado, que, como explica Préteceille (2003) se baseia na estratificação social do território em função de critérios socio-económicos: "É o princípio da hierarquização dos preços fundiários e imobiliários que produz, em primeira instância, a hierarquização das posições sociais dos espaços residenciais, conduzindo, ao final da cadeia, à concentração dos mais pobres e mais desvalorizados…" (Préteceille, 2003: 9).

Os dados oficiais da Câmara Municipal do Porto (CMP, 2001) relativamente à composição social dos Bairros de Habitação Pública de Campanha mostram exactamente isto: de um total de 12.500 pessoas que

viviam, em 2001, nos 3.700 fogos de arrendamento social existentes, cerca de 30% da população activa estava desempregada. Uma análise mais minuciosa ao mapa permite, de resto, identificar as principais 'redes de desemprego' associada a alguns dos bairros de maior dimensão da cidade, que foram construídos sobretudo a partir dos anos 60, por decisão do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. A saber, o Bairro do Cerco que concentra 3.060 pessoas, o do Lagarteiro (1.766 residentes), o de S. João de Deus (que antes do inicio da sua demolição, concentrava 1.590 pessoas), o do Falcão com 1.366 residentes, o de S. Roque da Lameira com 1.200 residentes, e o 'aglomerado' construído em torno de alguns bairros de menor dimensão, mas com uma forte proximidade geográfica (S. Vicente, Pio XII, Machado Vaz, Contumil, …)[22].

É importante notar que estas 'redes de desemprego' se manifestam em áreas residenciais que partilham uma mesma mono-funcionalidade; fraca qualidade arquitectónica; descontinuidade e segregação face à envolvente (que constituem, como se sabe, as condições de isolamento propícias à formação de *guetos*); fraca conservação dos espaços públicos e de uma elevada incidência do risco de pobreza. Dados da CMP indicavam que em 2001, antes do início do aumento dos valores de desemprego, a taxa de risco de pobreza já era nos bairros de Campanhã de 43,3%, o que equivale a dizer que cerca de metade dos residentes viviam com um valor de rendimentos abaixo do limiar da pobreza. A predominância nestes bairros de um emprego pobre e o processo intenso de destruição de emprego industrial que tem vindo a ser observado desde essa altura, faz adivinhar um forte incremento das situações de desemprego, e provavelmente de pobreza. Os dados relativos à atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI) pelas freguesias do Porto em 2004, que, como é sabido, é um dispositivo de protecção social dirigido para as categorias mais insolventes (Figura 12), aponta já nesse sentido.

Figura 12. Distribuição do número de beneficiários e de famílias com Rendimento Social de Inserção pelas freguesias do Porto, no ano de 2004.



[22] Aos bairros de habitação social de Campanhã, acrescente-se outros grandes bairros de habitação social da cidade: Pasteleira, Rainha D. Leonor, Lordelo e Aleixo (na freguesia de Lordelo do Ouro, onde segundo os dados oficiais da CMP em 2001 se concentravam 7.026 pessoas e uma taxa de desemprego entre a população activa de 12, 7%, portanto quase três vezes inferior à apurada em Campanha); ou os bairros de Campinas, Ramalde e Francos, na freguesia de Ramalde, que em conjunto completam a geografia da concentração de população desempregada associada aos grandes bairros de habitação social da cidade.

Fonte: dados recolhidos pela autora junto do Instituto de Informática e Estatística da segurança Social.

De volta à análise do mapa, importa ainda dizer que a não coincidência geográfica total dos padrões das redes de desemprego com o *layout* da 'habitação social' (por exemplo na freguesia de Paranhos ou de Massarelos), alerta para o facto de também existirem edifícios de habitação social com uma correcta inserção social e urbanística no tecido urbano da cidade. Por outro lado, no centro do Porto, nas áreas de consolidação mais antiga -a partir das quais a cidade se foi expandindo-, é ainda perceptível a influencia exercida, para a estruturação de 'redes' de desemprego, da presença de fogos de habitação não clássica[23] e de edifícios de arrendamento privado com elevadas necessidades de reparação[24] (em virtude do congelamento das rendas e da sua lenta actualização ao longo dos anos).

A leitura do padrão espacial do desemprego a partir do local de residência da população desempregada, parece assim sublinhar a importância das condições de alojamento e do habitat de uma dupla perspectiva. Por um lado, como uma manifestação física da situação sócio-económica dos indivíduos (que tende a ter a montante a posição do individuo face ao mercado de trabalho e, a jusante, uma determinada posição no mercado de habitação). Por outro, como uma dimensão configuradora de outro tipo de desvantagens, o que tem vindo a suscitar um vasto debate sobre as relações causais que se estabelecem entre as condições do alojamento e as da vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social.

Neste âmbito, diversos autores têm vindo a examinar a pobreza não apenas como uma causa da desvantagem habitacional, mas também como uma consequência de desvantagens no domínio da habitação que se podem repercutir depois na produção e na perpetuação de outros tipos de desvantagens (Galster, 2002).

A influência que a pobreza territorial pode exercer neste processo parece ganhar hoje um vasto consenso entre os investigadores que se preocupam com os efeitos da estrutura e composição dos territórios (ao nível social, sócio-económico, mas também de outras características funcionais, físicas, simbólicas…) para a estrutura de oportunidades dos seus habitantes (nos domínios das redes de apoio à aquisição de emprego, do acesso a serviços e equipamentos, do aproveitamento de oportunidades de formação, …). No próximo ponto procede-se a uma revisão, necessariamente breve, das teorias dos efeitos de área.

[23] Note-se que em 2001 existiam ainda na cidade do Porto 5900 casas em ilhas (88% das quais estavam ocupadas, alojando cerca de 13.500 pessoas) e 2771 fogos com características e condições semelhantes às ilhas -as designadas 'ilhas atípicas', 'bairros operários', 'quintas' e 'vilas'- com uma taxa de ocupação da ordem dos 89% que corresponde a mais de 6.500 pessoas (CMP, 2001).

[24] Nas freguesias centrais de Miragaia e Vitoria cerca de 59% e 41%, respectivamente, do total dos edifícios estão muito degradados, exigindo elevados investimentos para a sua requalificação urbana. As freguesias de S. Nicolau e da Sé já foram alvo de importantes investimentos em projectos especiais de renovação urbana e de luta contra a pobreza, mas apresentam ainda elevados valores de degradação, mas cerca de metade dos registados nas freguesias supra mencionadas (equivalentes, respectivamente, a 23% e 15% do total do *stock* edificado)

A concentração espacial do desemprego: uma parte relevante dos problemas da desvantagem? Uma reflexão em torno das teorias dos efeitos de área

A atenção concedida à análise dos padrões espaciais do desemprego tem vindo a incluir, para além da identificação dos seus principais factores explicativos, a discussão dos efeitos que lhes podem andar associados, nomeadamente os que se relacionam com a experiência social do desemprego ou com as probabilidades de uma nova inserção laboral.

Considerando que os territórios são uma variável activa nos processos e fenómenos sociais (Reis, 2006), diversos autores têm vindo, efectivamente, a procurar reflectir sobre os efeitos que os contextos de residência podem ter sobre as actividades e as práticas humanas; por exemplo ao nível de oportunidades diferenciadas de acesso a bens e a serviços, redes de solidariedade ou a oportunidades de emprego (Musterd e Winter, 1998; Fitoussi et al., 2004; Stébé, 2002).

No âmbito destes debates tem vindo a discutir-se, em termos mais gerais, os efeitos da diferenciação e da segregação sócio-espacial para uma redução da coesão social na cidade e para uma redução da mobilidade entre fragmentos sócio-espaciais, argumentando-se que eles tendem a aumentar as disparidade de objectivos, de valores e de identidades na sociedade.

O interesse por este tema, da diferenciação e da segregação sócio-espacial, inclui o debate sobre os efeitos originados pela concentração espacial de população pobre em alguns territórios. De entre as muitas questões que têm vindo a ser colocadas[25], destaca-se a da influência dos contextos locais - de residência - sobre as oportunidades de integração socio-económica dos indivíduos e comunidades, na esfera do emprego, do acesso às redes de apoio social, ou a bens e serviços públicos -nos domínios da saúde, da educação, ou, por exemplo, dos transportes- (Fitoussi et al., 2004).

No âmbito do debate sobre as características dos contextos territoriais que influenciam a estrutura de oportunidades dos indivíduos, têm vindo a ser identificados vários elementos responsáveis por vários tipos de ‘efeitos de área’, isto é, por vários tipos de impactos que resultam do simples facto de se viver numa determinada área (Atkinson et al., 2001a, 2001b, 2004). De entre esse vasto conjunto de efeitos, considerem-se primeiramente os que são designados na literatura por efeitos do 'espaço' (físico/geográfico) e, seguidamente, os de 'composição social'.

O primeiro grupo de efeitos são relativos ás características do contexto local e independentes dos atributos da sua composição social, relacionando-se antes com: *i) a localização do bairro na cidade e com a sua*

[25] O território de residência pode interferir nas oportunidades de vida dos agregados familiares? A vivência em determinados bairros pode exacerbar os problemas da pobreza e afectar as oportunidades de vida da população? (Van Kempen, 1997; Atkinson *et al.*, 2004). Os bairros em desvantagem devem ser encarados como importantes factores de desvantagem? (Friedrichs *et al.*, 2003: 797). Os territórios podem ser considerados uma causa agravante das desigualdades que excluem (Portas, 2005)?

conexão a outras áreas, e os efeitos que daí decorrem a são determinados pelas características de desenho da rede rodoviária e pela dotação de transportes públicos; *ii) as características do ambiente construído:* ao nível da qualidade habitação (em termos do tipo, densidade, qualidade construtiva e arquitectónica dos alojamentos, tipologias e diversidade de regimes de ocupação) e do espaço publico (em termos de usos do solo, de estrutura, desenho e forma urbana, ou, por exemplo, níveis de integração ou isolamento face à envolvente urbana); e com *iii) as possibilidades de acesso a recursos colectivos* -nos domínios da educação, saúde, ou lazer-. Para Atkinson *et al.* (2001a) os mais óbvios 'efeitos de bairro' são os que decorrem da menor qualidade e disponibilidade de serviços em alguns territórios, porque eles condicionam as possibilidades de acesso a bens e serviços considerados essenciais em sociedade e também a normal coexistência de grupos no espaço. Referindo-se em particular às áreas urbanas 'em desvantagem' estes autores notam como, em alguns bairros, o isolamento social tende a ser construído sobre o isolamento físico.

Um segundo tipo de 'efeitos de área' resultam da 'composição social' dos territórios, sendo estes efeitos designados por alguns autores como 'efeitos de classe' (Grafmeyer, 1994), que são, de um modo geral, suscitados por atitudes e comportamentos de indivíduos que influenciam as atitudes e os comportamentos de outros indivíduos através de processos socialização[26] e de redes sociais. Para a explicação dos modos de actuação destes processos, importa começar por referir que a socialização é a dimensão que se pode referir à interacção (visual ou verbal) entre pessoas num mesmo local e à ideia de que as pessoas, por via dessa interacção, podem adoptar atitudes e comportamentos dos outros, por exemplo, por via da aceitação de normas do grupo e por mecanismos de tipo epidémico ou de contágio social (Brannstrom, 2004). Estas teorias têm subjacente a ideia essencial de que o comportamento e as atitudes dos indivíduos podem mudar pelo contacto com os modelos de comportamento dos pares, por exemplo por contágio, ou devido aos modelos da socialização colectiva, que são exercidos pelos adultos sobre a população jovem através de papéis de supervisão ou de modelo (Lupton, 2003).

Embora se possa considerar que os processos de socialização procedem das redes sociais, estas, por envolverem a comunicação de informação e de recursos, têm vindo a ser discutidas separadamente, do ponto de vista, por exemplo das suas características de densidade, de intensidade ou de diversidade da sua estrutura nodal. De entre as várias teorias que vêm sendo discutidas sobre a análise das redes sociais importa destacar as desenvolvidas por Granovetter, que embora destacando os benefícios que podem emergir das redes fortes (nomeadamente em termos de apoio social em tempo de necessidades), salienta "a

[26] No âmbito destes estudos têm vindo a ser identificados vários subconjuntos de processos de socalização como o 'das normas sociais' (que depende da existência de massa crítica antes que as normas influenciem os outros); ou o da 'socialização selectiva' (que é um tipo específico de socialização em que os vizinhos não são todos igualmente afectados, por exemplo os alunos que abandonam a escola influenciam os colegas da mesma idade, mas não têm impacto noutros residentes). Brannstrom (2004) opta ainda por distinguir os processos de socialização primária (de herança social que se transmitem de geração em geração) dos de socialização secundária, exercidos durante o crescimento da criança pelos grupos de pares e das redes sociais, notando-se que é neste último (e particularmente durante a adolescência) que as áreas de residência têm um significado mais importante, influenciando a escolha dos grupos de pares e das redes sociais, que têm efeitos na adopção de normas, valores e comportamentos (embora estes sejam também influenciados pelo capital cultural e de escolaridade dos indivíduos).

força dos laços fracos", porque sendo assentes em múltiplos contactos e contactos mais diversificados, podem oferecer melhores perspectivas em termos de acesso a informação e recursos comunitários, podendo assim favorecer a própria integração e dinamização dos contextos locais. É nesta perspectiva que Kleinman (1999) vem notando como os bairros habitados por população pobre e com várias vulnerabilidades à exclusão social (culturais, socioeconómicas, políticas, ou outras) tendem a evidenciar redes sociais muito circunscritas ao bairro que, através de uma interacção diária muito circunscrita localmente, tende a favorecer a adopção (por processos de contágio social) de atitudes e de comportamentos que se caracterizam por um nivelamento por baixo ao nível das expectativas de integração.

Impressões finais e recomendações

Ao longo deste documento foi assinalada, sob diversas perspectivas, a importância do território de residência com respeito à problemática do desemprego, e defendida a importância de um melhor conhecimento da organização espacial dos problemas sociais para um melhor acompanhamento das trajectórias dessas áreas e grupos e para uma formulação mais ajustada das respostas públicas para essas problemáticas. Discutiram-se as relações que se estabelecem entre o desemprego e a pobreza e entre o desemprego e a exclusão social, reconhecendo-se que, embora a participação no mercado de trabalho e a inclusão social dependam principalmente das características individuais da população activa, como as associadas ao nível de instrução e qualificação, idade, experiência profissional, elas também são condicionadas pelo local de residência, uma vez que este pode afectar a duração, as experiências do desemprego e inclusive as expectativas de entrada no mercado de emprego.

No âmbito das teorias explicativas da variação geográfica do desemprego, salientou-se a influência exercida, no contexto específico do Porto, de atitudes e orientações ideológicas e técnicas de decisores políticos nas decisões de separação e de afastamento de categorias sociais com menores capitais culturais e económicos. O impacto deste tipo de decisões sobre os processos de produção e de reestruturação social dos territórios, repercute-se na manifestação espacial do desemprego na cidade, observando-se fortes desigualdades entre a parte oriental e a parte ocidental do concelho do Porto, mas também fortes engrenagens de desvantagem associadas a alguns dos maiores bairros de habitação social da cidade que, embora tendo sido construído há várias décadas, e não obstante o elevado imobilismo residencial que lhes está associado, permanecem hoje espaços com valores desproporcionais de inactividade e de desemprego.
Argumentando-se que a permanência destes padrões espaciais de desemprego questiona o sucesso das respostas públicas desenvolvidas no domínio da habitação social que são conduzidas por objectivos eminentemente de eficiência económica, defende-se uma mudança nas culturas e nas práticas do planeamento e da gestão do território, de forma a que as decisões possam começar a ser tomadas com uma

maior 'sensibilidade e bom senso', de forma a que seja possível assegurar, nos processos de produção e/ou de reestruturação urbana, a criação de comunidades mais diversas e coesas socialmente, considerando-se a mistura social uma condição indispensável para garantir uma maior sustentabilidade ao longo do tempo.

Embora reconhecendo que a proximidade física entre diferentes grupos socio-económicos não garante, só por si, o desenvolvimento de relações positivas entre eles, podendo inclusivamente gerar um incremento de tensões; acredita-se contudo que a proximidade favorece pelo menos o 'entrar em relação' e que este 'entrar em relação' é particularmente importante para a estruturação das crianças e jovens como seres compreensivos (das dificuldades e potencialidades dos outros) e solidários, defendendo-se, por isso, a miscigenação social como um princípio de actuação elementar no planeamento e intervenção do território.

Finalmente importa sublinhar que a natureza complexa dos problemas de desvantagem que está presente em muitos territórios 'críticos' (pelo modo como aí se concentram desvantagens em vários domínios), alerta para a necessidade de um investimento continuado e integrado em vários domínios de intervenção, podendo ser destacados o da habitação, da educação/formação e da acção social.

AGRADECIMENTOS:

Ao Professor Doutor Flávio Nunes, do Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pelas valiosas sugestões e comentários ao artigo. Agradeço ainda as sugestões feitas por todos os participantes do VI Congresso da Geografia Portuguesa, 'Pensar e Intervir no Território. Uma Geografia para o Desenvolvimento' (Lisboa, 2007), onde apresentei uma versão preliminar deste artigo.

BIBLIOGRAFIA

Alves, S., Breda-Vazquez, I., & Móia, P. (2006, 11 a 14 Maio). The uneven spaces of urban deprivation: a local approach. Paper presented at the Cities in City Regions, Warsow, Poland.

Atkinson, A. B., & Hills, J. (1998). *Exclusion, Employment and Opportunity* (Vol. 4). London: Centre for Analysis of Social Exclusion, London School of Economics.

Atkinson, R. (2000). Combating Social Exclusion in Europe: The New Urban Policy Challenge. *Urban Studies*, 37(5-6), 1037-1055.

Barreto, A. (2002). *Tempo de Incerteza*: Relógio D´Água Editores.

Bhalla, A., & Lapyere, F. (1997). Social Exclusion: Towards an Analytical and Operational Framework. *Development and Change*, 28, 413-433.

Cabrita, M. (2005). Emprego e protecção social em Portugal: perspectivas do presente e para o futuro. In *20 Ideias para 2020* (pp. 169-188). Porto: Campo das Letras.

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Celta.

Capucha, L., Guerreiro, M. d. D., Bernardo, J., Madelino, F., Calado, A., Correia, S., et al. (2005). *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*: ISCTE.

Cardoso, A., Baptista, & Perista. (2001). Pobreza, exclusão social e transições em ciclo de vida: (re) traçando trajectórias (in)comuns em contexto europeu, *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 2.

Conceição, P. S. (2002). *Modelos de produção e gestão de habitação social: estratégias locais de habitação e sistemas de bem-estar social num contexto de mudanças*. Tese de Doutoramento, em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Costa, A. B., Baptista, I., Cardoso, A., & Rasgado, S. (1999a). Pobreza e Exclusão Social em Portugal - A Região de Lisboa e Vale do Tejo. Prospectiva e Planeamento, 5.

Costa, A. B., Cardoso, A., Baptista, I., & Rasgado, S. (1999b). Pobreza e Exclusão Social em Portugal - A Área Metropolitana do Porto. Prospectiva e Planeamento, 5, 121-173.

CMP (2001) - *Estudo Socioeconómico da Habitação Social*. Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social, Porto.

C.M.P. (2003). *1° Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana* – Porto. Porto: Gabinete de Estudos Planeamento da Câmara Municipal do Porto.

Cruz, S. M. S. R. (2003). *Fragmentos Utópicos na Cidade Caótica - Condomínios Fechados no Grande Porto*. Tese de Doutoramento em Engenharia Civíl, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Eurostat. (2005). *Regions: Statistical Yearbook 2005*: European Communities.

Fainstein, S. (2002). The changing world economy and urban reestructuring. In S. Fainstein & S. Campbell (Eds.), *Readings in Urban Theory* (pp. 110-126): Blackwell.

Fainstein, S., & Campbell, S. (2002). Theories of Urban Development and their implications for policy and planning. In S. Fainstein & S. Campbell (Eds.), *Readings in Urban Theory* (pp. 1-19): Blackwell.

Ferreira, L. V. (2005). *Dinâmica de Rendimentos, Persistência da Pobreza e Políticas Sociais em Portugal*. Porto: FEP.

Freitas, M. J. (2001). *Habitação e Cidadania - no trilho da complexidade de territórios e processos relacionais generativos,* Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: LNEC/ISCTE.

Gallie, D., & Paugam, S. (2000). *Unemployment, welfare regimes and social exclusion* (TSER Project EPUSE). Paper presented at the Workshop on Unemployment, Work and Welfare Brussels.

Gallie, D., Paugam, S., & Jacobs, S. (2003). Unemployment, poverty and social isolation. Is there a vicious circle of social exclusion? *European Societies*, 5(1), 1-32.

Galster, G. (2002). Trans-Atlantic Perspectives on Opportunity, Deprivation and the Housing Nexus. *Housing Studies*, 1, 5-10.

Gomes, J. C. R. (2003). *Desemprego, depressão e sentido de coerência: uma visão do desemprego sob o prisma da saúde pública*. Unpublished mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

Green, A. (2001). Unemployment, nonemployment, and labour-market disadvantage. *Environment and Planning A*, 33, 1361-1364.

Green, A., & Owen, D. (1998). *Where are the jobless? Changing unemployment and non-employment in cities and regions*: Policy Press and Joseph Rowntree Foundation.

Gros, M. (1993). Luta contra a exclusão social: assistencialismo ou desenvolvimento local. *In Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Actas do II Congresso Português de Sociologia* (Vol. Vol. 1, pp. 998-1016): Editora Fragmentos.

Hall, P. (1988). *Cidades do Amanhã - uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*: Editora perspectiva.

Henriques, J. M. (2001). O papel do "social" nas Políticas Urbanas. *Porto D'Ideias*, 9-18.

INE. (2007). Informação à Comunicação Social no Dia Internacional de Erradicação de Pobreza, 17 de Outubro.

Lipietz, A., & Saint-Alary, E. (s. data). *Social Exclusion in Europe: Meanings, Figures and EU Policies*. consultado Maio 2004: European Commission.

Loison, L. (2003). A experiência do desemprego em Portugal. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 6.

Móia, P. (2006). A*s Tecnologias de Informação Geográfica no Apoio à Avaliação em Planeamento Territorial*. ,Tese de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.

Ministro, A., Gomes, L., & Miranda, H. (2002). Emprego, desemprego e salários. In DEPP/MTS (Ed.), *Portugal 1995-2000. Perspectivas de Evolução Social* (pp. 87-137): Celta.

Mlady, M. (2005). *Regional unemployment in the European Union and candidate countries in 2004*. Statistics in focus.

Nunes, F. (2007) - *TIC's, espaço e novos modos de trabalho em Portugal. Uso e apropriação do espaço em contexto de teletrabalho*, Doutoramento em Geografia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Paugam, S., & Gallie, D. (2002). *Social Precarity and Social Integration*. Bruxelas: Direcção-Geral de Emprego.

PNE. (2005). *Plano Nacional de Emprego 2005-2008*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Préteceille, E. (2003). A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH*, 38.

Reis, J. (2006). Uma epistemologia do território. In *Ensaios de Homenagem a António Simões Lopes* (pp. 353-366). Lisboa: ISEG - Instituto Superior de Economia e de Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Salgueiro, T. B. (2001). *Lisboa, periferia e centralidades.* Lisboa: Celta.

Samuelson, P., & Nordhaus, W. (1988). *Economia*: McGraw-Hill.

Saraceno, C. (s/d). *Social Exclusion. Cultural roots and diversities of a popular concept*.

Silva, P. A. (2002). O modelo de welfare da Europa do Sul - reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, 25-59.

SS (1996). *Segurança Social, Evolução Recente 1992 a 1995*: Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

van Kempen, R., & Ozuekren, A. S. (1998). Ethnic Segregation in Cities: New Forms and Explanations in a Dynamic World. *Urban Studies*, 35(10), 1631-1656.

Varejão, J., Carneiro, A., & Teixeira, A. (2002). *A dinâmica do emprego na Região Norte* (A situação da Região Norte no domínio social ed.).